

“RIO EM COMUM”

PLANO DE GOVERNO

2016

APRESENTAÇÃO

A metrópole da beleza e do caos ganhou uma nova característica nos últimos anos. A da cidade que fragmenta e exclui. Perdemos a possibilidade de resgatar sonhos e dar condições a todos(as) para os conquistarem. Sem exceção.

Nossa cidade é feita de gente que acorda cedo, que labuta, que batalha diariamente por uma vida justa e digna. A função deste projeto e seu programa de governo é fazer da Prefeitura um poder público realmente democrático.

Não é novidade que a Prefeitura vem ganhando contornos autoritários nos últimos anos, pesando a mão sobre os mais pobres, que não tem fórum para opinar sobre suas prioridades e demandas. Essa forma de administrar o município distanciou a periferia e marginalizou os diferentes segmentos sociais que não habitam a orla carioca.

O que é preciso agora é mudar essa lógica de exclusão, e partir para a junção de forças que integrem e emancipem todos(as) os(as) seus(uas) cidadãos(es).

Dar condições a todos(as) para ir e vir, por exemplo, como consta no artigo 5º de nossa Constituição Federal, é fundamental para fazer com que sejam protagonistas nas suas trajetórias de vida. Uma das questões mais críticas no Rio, ainda, fundamenta-se nas misteriosas planilhas do setor do transporte público. Implantaremos a passe livre social para diversos segmentos da sociedade, beneficiando perto de 800.000 pessoas.

Uma Prefeitura também deve estar atenta ao novo momento em que nosso País vive. Para isso, é preciso voltar seus olhos aos mais de 1 milhão de jovens que nascem e crescem em nossa cidade, que precisam desfrutar de uma educação pública e de qualidade, num sistema contemporâneo em que novos cidadãos(es) sejam capacitados(as) em altíssimo nível para enfrentar o mundo no século XXI.

Falar de educação também nos remete às creches públicas, beneficiando as mães cariocas e suas famílias no atendimento diário de suas crianças. É preciso uma estrutura concreta do poder público municipal para que seus filhos tenham atenção integral, com alimentação e ensino de qualidade.

Aliás, são essas mulheres guerreiras que queremos dar especial atenção neste projeto. Para aquela mãe de filho(a) no colo, que precisa atualmente acordar de madrugada para conseguir uma consulta no posto de saúde ou àquele(a) idoso(a) que espera meses por um exame, é preciso mudança já.

É chegada a hora de escutar o zum-zum-zum que habita no anseio de uma cidade democrática, onde todos(as) podem circular livremente, sem medo de nada nem ninguém. Passou da hora de sermos um povo que é visto e cuidado com carinho e sensibilidade.

Os(as) cidadãos(es) cariocas compreendem a força deste projeto de um RIO EM COMUM, desenvolvido, diverso, sem preconceito e de paz.

INTRODUÇÃO

Este ‘programa de governo’ da coligação “ Rio em Comum “, que apresenta Jandira Feghali e Edson Santos, como candidata e candidato à prefeita e a vice-prefeito, respectivamente, à Prefeitura do Rio de Janeiro, nesta eleição de 2016, traz um conjunto de programas, projetos e ações.

Essas formulações tiveram, para a sua sistematização, fundamentos, valores, e princípios teórico-metodológicos. Mas, sobretudo, a orientação da própria candidata para que as análises, considerações e proposições dos grupos de trabalho temáticos gerassem um bem político, no campo das ideias sobre políticas

públicas, tanto tangível como realista. Faremos AUDITORIAS sobre: DÍVIDAS DO MUNICÍPIO, PPPs, PLANILHAS DE TRANSPORTE, PREVIRO.

Desse modo, duas margens constantes não-variáveis estão neste Plano de Governo:

- O POVO MARAVILHA: A população da Cidade do Rio de Janeiro, nos distintos modos de ser, viver, trabalhar, morar, se locomover, e construir e fruir de sua cultura, ambiente e história.
- O território da Cidade do Rio de Janeiro, onde há uma cidade em muitas cidades, seja convivendo ao mesmo tempo, seja nos solos que se superpuseram ao longo dos anos e que ainda se superpõem.

Entretanto, dados a população e o território – princípios de realidade – colocava-se a necessidade de eixos que assegurariam, a um só tempo, a unidade das políticas públicas a serem implementadas pelo poder público Municipal, assim como sua possibilidade de êxito.

Tais eixos partem, por um lado, dos valores fundamentais para as forças políticas da frente que a apoia, e para a própria candidata Jandira Feghali; por outro lado, partem da constatação da ausência desses eixos nas últimas gestões no Governo do Município do Rio de Janeiro. São esses os eixos que perpassam esse Plano de Governo:

- Democracia.
- Combate às desigualdades.
- Cultura de paz, solidariedade e diversidade.
- Transversalidade de gênero.

Por ser o conjunto de forças políticas que propõem para os(as) eleitores(as) estes nomes convictos da importância crucial do planejamento público e democrático, esse “plano de governo” está voltado para sua efetiva implantação.

A partir dos eixos, as propostas foram elaboradas em cinco dimensões:

- Dimensão da democracia, governo e participação popular.
- Dimensão das políticas sociais.
- Dimensão do desenvolvimento econômico e mobilidade urbana.
- Dimensão do planejamento urbano, habitação, meio ambiente e saneamento.
- Dimensão da metrópole.

Deve ser esse “plano de governo” para a Prefeitura do Rio de Janeiro visto e lido, como já dito anteriormente, como o resultado de uma rica experiência. Que busca refletir a pluralidade que existe na realidade que sempre é mais rica do que a teoria. Mantendo, por outro lado, o devido rigor, ao apresentar para o(a) eleitor(a) a convicção fundamentada daquilo que está presentemente formulado neste documento, que será completado e finalmente construído no debate com a sociedade.

1. DIMENSÃO DEMOCRACIA, GOVERNO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

1.1. A DIMENSÃO DEMOCRÁTICA E A CIDADE

As cidades não são apenas um território físico com uma sede administrativa. As cidades são um *locus* político com um conjunto de instituições e atores que devem ser protagonistas de sua gestão, e na implementação e desenvolvimento das políticas públicas na esfera municipal.

O reconhecimento do direito à cidade como direito fundamental exige prestações de contas por parte dos governos como meio de conferir efetividade àquele direito. Significa assegurar a efetiva e direta participação da população nas questões públicas de maior relevância e interesse social.

A população, por sua vez, deve reconhecer e legitimar a necessidade de empoderamento da representação social, para que os rumos das políticas públicas tragam equidade e bem-estar para a sociedade.

Cidade e cidadania são o mesmo tema e não há cidadania sem a participação direta da população nos processos de formulação e execução das políticas públicas sejam relativas à educação, saúde, planejamento urbano, habitação, desenvolvimento econômico, meio ambiente, infraestrutura, mobilidade, cultura e lazer.

1.1.1. SISTEMA MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A Constituição Federal de 1988 afirmou o Estado Democrático de Direito e a possibilidade de gestão compartilhada. A redemocratização do país nos anos 1980, a partir de um grande movimento social, conseguiu influenciar o processo constituinte e garantir no documento constitucional espaços de participação da sociedade civil na elaboração nas mais diferentes áreas da esfera pública. Segundo levantamentos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) cerca de trinta artigos do texto constitucional expressam preceitos que incentivam a gestão pública participativa. Além disso, a Constituição garantiu o exercício do poder político “por meio de representantes eleitos ou diretamente” pela população (Art. 1º CF).

Sob essa, perspectiva de aproximação da gestão pública com a cidadania, devem ser criadas coordenadorias regionais. E, a partir daí, ter estratégias de diálogo para a construção, monitoramento e avaliação de suas ações e programas. Deverá levar à construção de um modelo que represente essa integração e que possa orientar a aprendizagem e a gestão desses processos para atender ao programa de governo. O “Sistema Municipal de Participação Cidadã” assumirá, desse modo, quatro esferas: os diálogos sociais, a participação digital, as decisões orçamentárias e o controle social.

1.1.1.1 Formas de Inclusão Política da Cidadania

Nossa candidatura propõe a implantação do “Sistema de Participação Cidadã” como forma institucionalizada do aprofundamento da democracia participativa como um dos eixos de sua gestão. Vamos partir do diagnóstico da densidade associativa e da necessidade de dar acesso a setores tradicionalmente excluídos das decisões públicas.

O Sistema deve estar composto de um conjunto de instrumentos de participação, visando à atuação sistêmica em todas as suas fases desde a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, sob a responsabilidade do Poder Executivo municipal. Aponta para diretrizes como: a participação direta da cidadania, a articulação entre a democracia participativa e a representativa, a manifestação da vontade popular pelo voto direto e universal na escolha das prioridades da gestão, a transversalidade na execução das políticas públicas, a presença estruturada dos serviços públicos ou concedidos nas regiões do município, e a busca por maior eficiência e eficácia na execução das políticas públicas. Integrará a cidadania no processo decisório, na melhoria do serviço público e na valorização do planejamento e seu potencial de melhoria frente às tecnologias da informação e da comunicação.

1.1.1.2. A Integração entre os Vários Canais de Participação

A integração dos diversos canais de participação da população da Cidade do Rio de Janeiro será um dos principais desafios conceituais e práticos, a ser vencido, na construção do Sistema.

O planejamento, o controle social e a gestão de políticas públicas passarão a ser influenciados por esses diálogos sociais ocorridos nas conferências temáticas, levando à construção de um modelo institucional com a participação dos(as) usuários(as) dos serviços públicos. As conferências possibilitam o debate amplo de temas, desde os assuntos tradicionais como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, criança e adolescente, até novas necessidades de elaboração de políticas específicas para determinados setores sociais como as populações de orientação sexual lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual (LGBT), de promoção de igualdade racial, do povo de terreiro, dos povos indígenas, das pessoas idosas e das pessoas com deficiência.

Fóruns Regionais poderão, no Sistema, consolidar as diversas demandas, debatidas ao longo das audiências, em uma cédula regional, a ser votada na Eleição de Prioridades. Na cédula, o eleitorado regional poderá definir as prioridades de sua região.

1.1.1.3. Internet, Redes Sociais Digitais e as Novas Possibilidades para a Participação da Sociedade em Processos de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

As últimas décadas têm registrado uma expressiva expansão do campo de conhecimento das políticas públicas no Brasil. Assim como em boa parte do mundo ocidental, o questionamento da ação estatal – embalado pelas crises do Welfare State, dos regimes de economia planificada e, mais recentemente, da própria agenda neoliberal – vem ensejando, no país, uma ampliação do escopo de pesquisas voltadas à compreensão dos fenômenos que incidem sobre a capacidade do Estado em desempenhar suas funções públicas. É nesse contexto que se desenvolveu uma abundante literatura nacional a se ocupar dos temas do monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Cumprir refletir a respeito da atenção que o poder público tem dado aos processos compartilhados de avaliação das políticas, fundamentais ao aumento da efetividade nos processos de participação social. Há, portanto, reflexão a respeito do uso potencial da Internet e das redes sociais digitais para o desenvolvimento de estratégias voltadas à democratização dos processos de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Mas, é preciso utilizar um tipo de linguagem clara, facilmente compreensível e livre dos vícios técnicos gerenciais, que reforcem o afastamento da inteligência governamental da realidade social.

As linguagens utilizadas pela plataforma, inclusive com forte apelo à linguagem audiovisual, devem ter um aspecto bastante positivo em termos de concepção e desenvolvimento de uma plataforma de compartilhamento de dados e informações com elevado grau de complexidade.

As tecnologias de informação devem estar atentas para a busca de processos que permitam o estreito contato com a sociedade para a aquisição de conhecimentos indispensáveis ao processo de avaliação orientado pela perspectiva da colaboração.

1.1.1.4. Rio, Cidade da Participação e da Transparência: Inovação e Tecnologia para uma Gestão Pública Democrática e Transparente.

As instituições democráticas vêm sendo questionadas, em boa parte do mundo ocidental, por uma sociedade civil cada vez mais complexa, dinâmica, multifacetada e exigente. A representação política tradicional enfrenta uma profunda crise de legitimidade, que desafia os agentes públicos a refletirem sobre novas possibilidades para o exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, as revoluções tecnológicas das últimas décadas e o desenvolvimento de instrumentos digitais de participação, colaboração e transparência nos permitem imaginar novas perspectivas para a ação dos indivíduos na cena pública, capazes de revigorar e ressignificar a própria ideia de democracia.

O governo da cidade do Rio de Janeiro, alheio e distante de experiências inovadoras desenvolvidas mundo afora, encontra-se diante de um profundo déficit de democracia e transparência. Intervenções urbanas, grandes projetos, políticas públicas e decisões administrativas, que incidem sobre a vida de milhões de cidadãos e cidadãs, são tomadas sem que a população seja convidada a participar e decidir a respeito dos rumos da cidade.

O caminho para o pleno exercício da cidadania em nosso município, possibilitando a interferência permanente dos cariocas sobre a ação da Prefeitura do Rio, pode ser aberto pelo uso intensivo de instrumentos digitais de participação e da abertura ampliada de dados e informações, assegurando o empoderamento da cidadania e o aumento do controle público sobre a ação estatal.

A energia renovadora dos movimentos que atuam em rede, das novas formas de organização da juventude, dos novos sujeitos sociais e políticos, surgidos nos últimos anos, nos animam a projetar os caminhos para uma gestão compatível com os desafios da sociedade do século XXI.

O Rio é uma das cidades mais importantes do mundo. É inaceitável que estejamos tão atrasados em termos de inovação e desenvolvimento de tecnologias para tornar a administração municipal mais democrática, transparente e acessível a seus cidadãos e cidadãs. Somos uma cidade marcada – desde seu nascimento – pelo encontro de diferentes povos e etnias, pela inovação, pela criatividade e pela apropriação criativa daquilo que é produzido em outras partes do mundo.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) são utilizadas atualmente em praticamente todas as áreas da administração pública: segurança, saúde, educação, planejamento e gestão, defesa, entre outros. Mas, o Brasil e a cidade do Rio têm muito ainda a avançar nesse imenso território de possibilidades que se abre para a gestão pública e para a democracia.

Com base nessas premissas, a candidatura de Jandira Feghali pretende dialogar em torno de uma agenda voltada à construção de uma gestão participativa, transparente, e radicalmente democrática, apresentando as seguintes diretrizes:

- Rio referência em participação por meios digitais: Vamos instituir o GABINETE DIGITAL da cidade do Rio, criando um ambiente de interlocução e diálogo social através da internet e das redes sociais. Em uma plataforma inteiramente dedicada à participação social e ao aumento da transparência na administração municipal. Vamos criar o DEPARTAMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO.

Serão desenvolvidos canais de participação e diálogo direto entre a Prefeitura do Rio e a população da cidade.

- Rio capital da transparência: Queremos, ainda, através do GABINETE DIGITAL, transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma referência nacional na aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI), potencializando o papel da Ouvidoria do Município e desenvolvendo plataformas – em colaboração com a sociedade – que permitam o aumento dos níveis de transparência e acesso à dados públicos no município do Rio.

- Rio da inovação, do conhecimento livre e das tecnologias abertas: A construção do Gabinete Digital na cidade do Rio envolverá, ainda, o estímulo ao conhecimento livre e às tecnologias abertas. Queremos compartilhar códigos e conteúdos que contribuam para uma cidade mais democrática, colaborativa e administrada em rede. Vamos construir uma cidade do conhecimento compartilhado, das redes de colaboração e das tecnologias livres. Pretendemos, ainda, avançar na oferta de serviços digitais, facilitando a vida dos cidadãos(es) em sua relação com o Poder Público municipal - um Plano Diretor de Governança Digital da Cidade do Rio de Janeiro.

Outro elemento importantíssimo diz respeito à compreensão de que o uso exitoso de Tecnologias voltadas ao aumento da participação social no setor público depende, ainda, da superação da tendência à fragmentação, que há décadas predomina no Estado brasileiro.

O Rio de Janeiro merece, após tanto autoritarismo, um governo sintonizado com as inúmeras possibilidades abertas para a democracia no século XXI e, ao mesmo tempo, empenhado em proporcionar mudanças que coloquem, efetivamente, a estrutura do governo municipal a serviço de um projeto de cidade transparente, participativa, e radicalmente democrática, por isso, propomos:

- Ampliação dos programas de Inclusão Digital do Município com visão estratégica da Internet banda larga como serviço público universal. Um dos programas a ser largamente ampliado é o denominado do Praça do Conhecimento, cujo principal tarefa é ofertar a população, principalmente nas comunidades pobres, acesso à tecnologia de ponta, promovendo cultura (biblioteca digital), lazer (cinema), conhecimento contemporâneo

(Tecnologia da Informação e Design Gráfico) e Cidadania (diminuição da desigualdade, valorização territorial, elevação da autoestima e da perspectiva de trabalho).

- Criação de um Comitê de Governo no nível do Gabinete da Prefeita que decida e coordene a implementação das soluções de TIC no âmbito da prefeitura, respeitada a autonomia de cada Secretaria, com abrangência para atender às políticas setoriais como Saúde, Educação, Obras, Transporte etc.

- Uso das ferramentas de geoprocessamento e de métodos(as) de análises para ajudar a gestão a tomar as decisões inteligentes, mediante dados e informações recolhidas pelos diversos sistemas de informação no âmbito do município, permitindo a agregação de dados das várias áreas de atuação da Prefeitura como saúde, mobilidade, educação, meio ambiente etc.

2. DIMENSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

2.1. CIDADE MULHER

O Município do Rio de Janeiro possui uma população feminina de 3.360.629, que corresponde a 53,6% do total de habitantes. Percentual superior ao do Brasil. 46,5% do total de chefes de domicílio são mulheres, percentual também superior ao de outras capitais do Sudeste. As mulheres são também a maioria em todas as Regiões de Planejamento (RP) da cidade, sendo proporcionalmente superiores nas RPs de maior renda, como as da zona sul e da Tijuca, que registram a presença feminina de 55,5% e 55,1%, respectivamente. Vale destacar que as mulheres vivem mais que os homens, independentemente da faixa de renda a que pertençam. A taxa de analfabetismo é menor entre as mulheres. As mulheres são alvo de violência, sobretudo no ambiente doméstico. Em todas as regiões de planejamento, há mais mulheres com deficiência que homens, seja, as deficiências físicas e ou mentais. Esses dados reforçam a necessidade de um destaque às políticas públicas para as mulheres, QUE DEVEM SER TRANSVERSAIS A TODAS AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Significa considerar nas políticas públicas de Habitação, Saneamento, Creche, Trabalho, Regularização Fundiária, Transporte e Mobilidade Urbana, Saúde, Educação e Segurança, as reais demandas das mulheres, o que leva ao fortalecimento de sua autonomia e condições dignas para viverem na cidade. A lógica masculina esteve presente na construção das cidades, fazendo com que as políticas urbanas desconsiderem a mulher como sujeito político. Por isso que avançar no direito à cidade, significa considerar na sua estrutura as mulheres, não apenas como público das ações governamentais, mas como sujeitos políticos que produzem e se reproduzem na cidade, vivendo as suas contradições e potencialidades.

A cidade se afirma desenvolvida e inclusiva, quando promove democracia e políticas públicas para as mulheres visando superar a discriminação, a sub-representação feminina na política, as desigualdades no trabalho, atentando para a saúde integral da mulher, combatendo os estereótipos na educação, cultura e esporte e demais esferas da sociedade. Além disso, impõe-se um planejamento que incorpore serviços de cuidado a partir de uma perspectiva de gênero, proporcionando a liberação do tempo das mulheres e criando oportunidades para sua maior autonomia econômica. Os princípios da universalidade, integralidade e laicidade devem nortear essas políticas.

2.1.1. PROPOSTAS:

Quanto a iniciativas institucionais:

- Fortalecer a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, dotando-a de um orçamento compatível às demandas de políticas públicas para as mulheres.
- Garantir orçamento no Planejamento Estratégico para o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.
- Garantir o funcionamento do Conselho dos Direitos da Mulher, enquanto fórum relevante de monitoramento das políticas públicas.

Quanto ao empoderamento:

- Implementação de medidas para ampliar a participação de mulheres nas diversas instâncias de gestão, principalmente em cargos executivos .

- Incentivar a participação feminina na política, com promoção de seminários e campanhas publicitárias.
- Combater a discriminação das mulheres nos processos de admissão, promoção e ocupação de cargos de chefia no mercado de trabalho.
- Ampliar para as demais regiões da cidade a criação das CASAS DA MULHER CARIOCA, que são centros de cidadania que reforçam o acesso da mulher ao mercado de trabalho, educação, capacitação, aos equipamentos e espaços de lazer e cultura.

Quanto ao Trabalho e Geração de Renda:

- Implementar programas de geração de emprego e renda, incluindo programa de renda mínima, com prioridade para as mulheres chefes de família.
- Implementar programa de creches em tempo integral, e creches com horário estendido.
- Adesão a Agenda de Trabalho Decente da OIT
- Criação do Selo Empresa Amiga das Mulheres às empresas que adotarem políticas voltadas para a equidade de gênero como: salário igual para trabalho igual; ampliação da licença maternidade e licença paternidade; disponibilização de creche; incentivo à contratação de mulheres em setores econômicos ditos masculinos; promoção de mulheres em cargos de chefia,
- Programa de capacitação de mulheres para o emprego, alargando o leque de profissões.
- Ações voltadas para a formação de mulheres em economia solidária e na agricultura familiar.
- Desenvolvimento de programas de incentivo ao primeiro emprego para jovens mulheres, conciliando trabalho, estudo e vida familiar.
- Monitorar o cumprimento da Lei 13.271-2016, que proíbe a revista íntima de trabalhadoras nos locais de trabalho e trata da revista de mulheres em ambientes prisionais.

Quanto à educação:

- Campanha permanente de combate ao machismo e de valorização das mulheres nas escolas públicas, com instituição de lei específica.
- Promover ações de combate à educação diferenciada e às discriminações de pessoas com deficiência, geracional, de gênero, raça, etnia e religiosa;
- Desenvolver programa de capacitação de profissionais da educação para o exercício da educação não discriminatória, inclusiva e baseada no respeito à diversidade;
- Desenvolver programa de alfabetização de mulheres;
- Promover a reformulação dos livros didáticos e de conteúdos curriculares, visando eliminar estereótipos discriminatórios e propiciar a ampliação da consciência sobre os direitos das mulheres e seu protagonismo na história do Brasil;
- Apoio à inserção nos currículos escolares a história da África e cultura afro-brasileira, com destaque para a visibilidade do protagonismo das mulheres de origem africana;
- Rejeitar a tese da “Escola sem partido” e afirmar a tese da ESCOLA DE DIREITOS E DA IGUALDADE’.

Quanto ao enfrentamento da violência:

- Aderir ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de 2010.
- Garantir o cumprimento da Lei Maria da Penha, com destaque para o fortalecimento dos juizados
- Implementação da Lei do Feminicídio.
- Ampliação dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher em situação de violência de gênero, sobretudo na zona oeste, com destinação orçamentária para seu funcionamento e capacitação de profissionais envolvidos.
- Reforçar a CASA ABRIGO MUNICIPAL para mulheres em situação de violência, com risco de vida, acompanhada de seus filhos e garantia de seu sigilo e segurança.
- Garantir, no pós-abrigamento, a interação na sociedade das mulheres e seus filhos, numa ação integrada entre a Secretaria de Mulheres, Secretaria de Trabalho e Secretaria de Educação.
- Reforçar o protocolo de humanização do atendimento às vítimas de violência no Instituto Médico Legal.
- Monitoramento da implementação da Lei 10.778 sobre a Notificação Compulsória de casos de violência contra as mulheres atendidos em serviços de saúde.
- Desenvolvimento de campanhas publicitárias de combate à violência contra as mulheres, dentre elas a divulgação do disque 180.
- Iniciativas de COMBATE À CULTURA DO ESTUPRO
- Medidas de combate à exploração e ao turismo sexual de mulheres, crianças, adolescentes e jovens.
- Adesão ao Programa Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Quanto à saúde:

- Fortalecer o SUS público e de qualidade

- Apoio às iniciativas que visam a superação do subfinanciamento e aquelas destinadas à busca de novas fontes de recursos para o SUS, a exemplo de gastos constitucionais obrigatórios em saúde, além da taxação de grandes fortunas, campanha Saúde +10;
- Retomar a implantação do PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Garantia de atenção ao parto, com drástica redução da mortalidade materna
- Ampliação do acesso regular a exames preventivos de câncer de mama e cérvico-uterino, com foco no diagnóstico precoce, por meio de rastreamento com garantia da ampliação do acesso a exames como mamografia e ultrassonografia;
- Garantia do direito de reconstrução da mama na mesma cirurgia em que foi feita a retirada do câncer (Lei 12.802-20013);
- Execução do Programa Federal “Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do Governo”, com atenção especial às mulheres adolescentes, jovens e da terceira idade;
- Programa de Combate à DSTs-AIDS
- Monitoramento da mortalidade materna, visando a redução dos índices.
- Melhoria da qualidade do pré-natal, partos humanizados e atendimento aos casos de aborto espontâneo ou nos casos previsto em lei;
- Desenvolvimento de campanhas de incentivo à paternidade responsável
- Garantia de locais destinados ao aleitamento nas repartições públicas e da implementação da coleta itinerante de leite materno.

Quanto à cultura e mídia:

- Incentivo à campanha pela democratização da mídia como um dos mecanismos de combate à reprodução da opressão e discriminação das mulheres e de reforçar o entendimento da comunicação como um direito humano;
- Ações voltadas ao estímulo de uma cultura e mídia não discriminatórias e de valorização das mulheres
- Estímulo à divulgação do protagonismo das cariocas nos diversos espaços da sociedade e na história do Brasil
- Estímulo a expressões culturais e artísticas não sexistas;
- Políticas para inclusão digital das mulheres.

Quanto ao esporte e lazer:

- Adequação de horários dos equipamentos visando a participação de mulheres em atividades esportivas;
- Que as mulheres integrem o comitê de gestão local
- Ampliação do acesso, participação com igualdade das mulheres nas práticas corporais e esportivas, com visibilidade na mídia e equidade dos valores dos prêmios.
- Incentivo e implementação de programas a exemplo do “Uma vitória leva a outra” da ONU Mulheres, que visa promover a prática esportiva entre meninas para impulsionar a autoconfiança, superar as desigualdades de gênero e superar os mitos sobre os efeitos do esporte no corpo feminino e pressões sobre como as meninas “devem se comportar”.

Quanto à habitação:

- Garantia do acesso das mulheres chefes de família aos programas estaduais e federais de financiamento habitacional
- Defender a manutenção e fortalecimento do Programa “Minha Casa , Minha Vida” que tem as mulheres como principais beneficiadas;
- Garantia do acesso das mulheres à titularidade de lotes e casas com a criação de programas voltados para mulheres de baixa renda. Com acesso a água potável e saneamento.

2.2. JUVENTUDES

A Juventude cumpre um papel de destaque no desenvolvimento social e econômico do país. No âmbito das Políticas Públicas, é necessário gerar um enfoque que articule o conjunto de iniciativas em um projeto de inserção da Juventude na vida social e produtiva da cidade do Rio de Janeiro. A Juventude brasileira têm sido alvo de uma série de políticas públicas que afetaram positivamente o seu acesso à Educação, ao Emprego, ao Lazer, à Saúde e a outros direitos.

Compreendemos enquanto Políticas para a Juventude toda a ação que, ao reconhecer o(a) jovem como um sujeito de direitos, garantam a proteção social, inserção profissional, combate à violência e participação cidadã.

A política pública para a Juventude na Cidade do Rio de Janeiro, hoje, se resume ao Passe-“Livre” Estudantil, para os estudantes da rede pública no âmbito da Educação Básica e para os(as) cotistas, prounistas e de baixa-renda no Ensino Superior. Consideramos que isso é fruto de uma opção política do Governo Eduardo Paes em não fomentar verdadeiramente a Coordenadoria de Juventude, suas idealizações e projetos, bem como centralizar em projetos suntuosos a realização da política pública, deixando de lado as políticas sociais que lidam com o cotidiano da população. Além disso, o próprio Passe-“Livre” Estudantil passa por problemas constantemente, muito em função de a gestão do benefício ser feita pela FETRANSPOR e a sua subsidiária RioCard.

No âmbito das políticas transversais que afetam a Juventude, o modelo de cidade mercadoria vigente nos dias atuais restringe o acesso da juventude negra, pobre e periférica à interação com a cidade, às praias da Zona Sul; estabelece equipamentos culturais com atividades que não possuam nenhuma identidade direta com a produção e a vida dos territórios; estabelece padrões distintos na qualidade dos equipamentos públicos e educacionais, a depender do zoneamento da cidade; entrega a iniciativa privada a promoção da segurança pública da cidade, entre outros.

2.2.1. PROPOSTAS:

Educação:

- Escola democrática, contra o P.L. da “escola sem partido”
- Projeto que regulamente a livre organização dos(as) estudantes dentro das escolas.
- Concursos públicos para o quadro de apoio nas escolas (pessoal de conservação, merendeiras, vigias e de administração).

Cultura e Lazer:

- Regulamentação do uso das praças que passariam a contar com equipamentos instalados pela Prefeitura Municipal com auto-gestão dos moradores formando as “Praças da Juventude”.
- Desburocratização dos editais
- Descentralizar o acesso à cultura
- Ocupação das escolas no final de semana
- Estúdios populares nas ‘comunidades’.
- Vale cultura – livre acesso dos(as) jovens aos equipamentos culturais.

Ordem Pública:

- Presença institucional da Prefeitura do Rio na formulação das políticas de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que tanto atinge a população negra jovem.
- Uma política pública quanto aos(as)usuários(as) de drogas.

Mobilidade Urbana:

- Transporte 24 horas.
- Desburocratização do acesso ao cartão do passe livre, tirando o poder de emissão do cartão do passe livre da Fetransport.
- Revisão da atual regulamentação quanto à operação de linhas de vans, com objetivo de atender os bairros com maior deficit de transporte.
- Implementação de Ciclovias.

Acesso ao Emprego:

- Apoio para formalização de pequenos(as)empreendedores(as) e artesãos(ãs).
- Fortalecimento dos(as) jovens no mercado de trabalho com programas de desenvolvimento de sua qualificação.

Saúde:

- Prevenção e atenção à saúde nas Unidades Escolares
- Retomar o projeto de educação dentária nas escolas.
- Desenvolver programas voltados para alimentação saudável e educação nutricional.

Esporte:

- Programa municipal de formação de atletas

- Livre acesso aos equipamentos esportivos das olímpiadas e copa
- Usar os espaços escolares para formação de atletas.
- Organização dos Jogos Escolares Municipais.

2.3. CULTURA MUDA TUDO

Para além de uma política setorial, a cultura é um eixo transversal que perpassa todo o programa de governo para a cidade do Rio de Janeiro. Uma visão da cidade em que, partindo da cultura, compreende a transversalidade da cultura com as questões de gênero, da educação, saúde, mobilidade urbana, ocupação e valorização da convivência nos espaços públicos, integração dos territórios, oportunidade de geração de emprego e renda para a juventude e ação efetiva nas comunidades para o enfrentamento da violência. Estes são alguns dos temas e políticas públicas com os quais a cultura se relaciona de forma direta, e que orientam uma concepção de programa. Cultura como Direito à Cidade. Cultura do Bem Comum.

O Mandato de Jandira Feghali na Câmara dos Deputados tem sido um dos mais importantes espaços de defesa e formulação de políticas públicas de cultura e de impulso a uma agenda legislativa da Cultura no Brasil. Jandira foi presidente da Frente Parlamentar Mista de Cultura do Congresso Nacional, criou e presidiu a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, foi autora da Lei que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, aprovada e sancionada em 2014, transformando os Pontos de Cultura em Política de Estado e desburocratizando os procedimentos de repasse de recursos e prestação de contas. Teve atuação destacada na relatoria da PEC da Música, na tramitação do ‘ProCultura’ e na reforma da legislação relativa aos direitos autorais. É a parlamentar mais ativa do Brasil no campo das políticas culturais.

Como Secretária de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, Jandira estabeleceu as bases para o Sistema Municipal de Cultura, realizando a Primeira Conferência e instituindo o Conselho Municipal de Cultura. Enfrentou a monopolização dos teatros públicos da cidade, estabelecendo um modelo de ocupações através de editais e residências artísticas. Potencializou o Centro Coreográfico, criou o Centro de Referência da Música Carioca e o Centro Carioca de Design e potencializou as vocações dos centros culturais do município. Estabeleceu um novo modelo de gestão para o patrimônio cultural da cidade. Celebrou o convênio que possibilitou a criação da Rede Carioca de Pontos de Cultura. Realizou o Viradão Carioca e transformou a Lapa em uma área de convivência nos finais de semana, em uma ação integrada que privilegiou a ocupação cultural do espaço público. Revitalizou e ampliou as lonas culturais e efetivou a desapropriação do cinema Imperator, devolvendo este espaço cultural à população do Meier, atendendo a um anseio dos moradores do bairro.

2.3.1. PROPOSTAS:

Cultura e Territórios: Promover e potencializar a ação cultural já desenvolvida nas comunidades e territórios da cidade do Rio de Janeiro, ampliando o fomento às ações locais de cultura, estimulando os empreendimentos e a economia da cultura nas comunidades. Ampliar a rede de pontos de cultura e o fomento direto às iniciativas culturais de base comunitária.

Diversidade Cultural: Fomento e valorização das expressões culturais afro-brasileiras, vocacionando o papel do Instituto Eixo Rio para esta finalidade. Cultura Urbana, Cultura Popular, Cultura LGBT, fortalecimento de políticas públicas para os segmentos da diversidade cultural.

Políticas para as Artes: Consolidar a lei de Fomento à Cultura Carioca, ampliando os editais anuais para as diferentes linguagens artísticas, com destinação orçamentária específica e processos de consulta aos segmentos. Criação, a partir dos equipamentos culturais do município, de espaços de formação, reflexão e experimentação para as diferentes linguagens artísticas, a exemplo dos centros de Dança, Música e Design.

Artes Públicas: Regulamentação da Lei do Artista de Rua e linha de Fomento Direto às Artes Públicas, à ocupação cultural de espaços públicos, cultura circense, Teatro de Rua, etc.

Políticas para o Audiovisual: Redefinição do papel da 'RioFilmes' como fomentadora de novos(as) realizadores(as) no campo audiovisual, sem perder o seu papel como distribuidora. Fomento ao "Cineclubismo" e a uma rede de salas de cinema nas comunidades e territórios da Cidade, a exemplo da SPCine.

Economia da Cultura: Mensurar e fomentar o papel da Cadeia produtiva da Cultura no desenvolvimento econômico da cidade, compreendendo desde a economia de base comunitária até a indústria cultural, passando pelo papel do carnaval, da publicidade e dos grandes eventos no fomento à economia da cidade, geração de emprego e Renda

2.3.2. PROPOSTAS ESPECÍFICAS:

- Transformar o atual Instituto Eixo-Rio em um espaço de fomento à Cultura afro e das periferias. Sem perder sua origem para as culturas Urbanas (Hip-hop, Grafitti, Rodas de Samba e Funk).
- Na escolha dos quadros das Subprefeituras, promover a criação de uma assessoria de Cultura Comunitária. Compreendendo, que muitos empreendedores locais desta cidade não conseguem chegar ao prédio central da Prefeitura do Rio. A assessoria de Cultura Comunitária pode ser um articulador local de várias políticas públicas de cultura além de um mapeamento constante das ações culturais nos territórios.
- Ampliação das políticas de Saúde e Cultura estendendo a todas as unidades de saúde oficializando o programa de Doutores da Alegria, Capoeira e Saúde, programas com a Terceira Idade, etc.
- IPTU da Cultura: programa de incentivo à Cultura com renúncia do IPTU.
- Ampliar o Programa de Ações Locais, ampliando o controle social das iniciativas pelos territórios.
- Minha Sede Minha Vida, apoiar as Sede de Grupos, projetos, Pontos de Cultura e outros coletivos culturais.
- Ampliar os centros culturais Municipais com a criação de espaços para ocupação de cineclubes.
- Modernização das Bibliotecas regionais e criação de 3 caminhões Bibliotecas (semelhantes aos do SESI) para circular em as APs: 3, 4 e 5 e assim possibilitarem uma ampliação geométrica no raio de cobertura da coordenação de leitura e conhecimento.
- Revitalização do programa Palco Sobre Rodas e reocupar os espaços públicos com cultura e não polícia.
- Criação de um Polo de Cinema e vídeo de Baixo Orçamento na Zona Oeste.
- Compra de produção da Cidade para a Grade da Multi-Rio - TV Escola.
- Programa de desenvolvimento e inclusão do Carnaval no âmbito da Secretaria de Cultura

2.3.3 TRANSVERSALIDADES:

- Consolidação da SEPPIR com verba e atuação concreta
- Criação de Memorial na Praça Mauá de João Cândido e Mães Baianas (URBAN 2001)
- Transformação do Centro Cultural José Bonifácio em Centro de Referência e memória da Cultura Negra como previsto no plano de revitalização da área Porto do Rio (Biblioteca, Museu, Centro de artes, e outros)
- Incentivo à campanha pela democratização da mídia como um dos mecanismos de combate à reprodução da opressão e discriminação das mulheres, e de sua valorização.
- Estímulo às expressões culturais e artísticas não sexistas.

2.4. NEGROS

2.4.1. IGUALDADE RACIAL

A igualdade racial é condição necessária ao desenvolvimento pleno da democracia e da cidadania na cidade do Rio de Janeiro. As políticas de inclusão social, e a promoção da igualdade racial se constituem em uma exigência histórica e objetivo estratégico da nossa luta secular. Foi diante desse desafio que os mais diversos representantes do Movimento Negro organizado e de outras instituições da sociedade civil, realizaram vários encontros com a finalidade de formular diretrizes e propostas que viabilizem estas conquistas.

O presente documento representa um momento ímpar na luta dos negros e negras da cidade do Rio de Janeiro. O povo negro da cidade não apenas contesta as condições de desvantagem econômica, social e política que lhe vem sendo imposta historicamente pela elite branca que sempre esteve no poder. Muito mais do que isso: apresenta um conjunto de propostas que podem representar, concretamente, um passo importante em prol da tão sonhada igualdade plena entre cidadãos(es) da cidade do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro é uma cidade negra. Essa constatação evidencia a força e a resistência de toda uma população que imprimiu no desenho urbano, a língua e na cultura, nas formas de ação política e na economia do Rio de Janeiro, as heranças africanas recriadas e reafirmadas a cada dia. A cidade já não pode mais ser entendida fora das referências a sua negritude. A mesma tem se constituído na base da imagem que seus(uas) habitantes construíram para si próprios e que projeta a cidade para o resto do País e internacionalmente.

Se, por um lado, isso representa uma fonte de resistência, por outro, tem sido historicamente utilizado pelas elites, que manipulam o caráter da cidade em benefício de um projeto que, ou exclui mulheres e homens negros das estruturas de poder e riqueza, ou os incorpora de forma subordinada aos interesses da minoria branca. Em consequência desse processo, a força da presença negra na cidade contrasta de forma gritante com as desigualdades raciais que sistematicamente colocam as pessoas negras em condições de desvantagem social.

Os ainda existentes patamares do analfabetismo e a expulsão precoce do processo escolar ainda nos níveis fundamental e médio de ensino, por certo repercutem na qualidade da inserção das pessoas negras no mercado de trabalho. Em consequência, as dramáticas taxas de desemprego no Rio de Janeiro atingem mais fortemente os(as) negros(as) do que os(as) brancos(as); e os(as) negros(as) que logram inserir-se no mercado, geralmente o fazem nas posições de mais baixa remuneração e baixo prestígio social.

Aos efeitos da discriminação racial sofrida em várias esferas da vida, associam-se outros, relativos à discriminação de gênero, que hierarquizam os grupos sociais no mercado de trabalho, de acordo com o pertencimento racial e o sexo.

O maior peso relativo da dimensão racial sobre as oportunidades que se abrem para os indivíduos, homens e mulheres, ao longo de sua trajetória de vida, evidenciando como brancos de qualquer sexo desfrutam de uma inserção social relativamente melhor do que a de homens e mulheres negras.

O processo de exclusão social não se circunscreve à educação, ao emprego e à renda. Esses, embora mais evidentes no cotidiano da cidade, não escondem outras dimensões, tão ou mais violentas, que se expressam nos indicadores de saúde e de segurança pública. Esse último aspecto tem especial importância para a juventude negra, que corresponde ao perfil das vítimas mais frequentes de assassinatos cometidos no Rio de Janeiro: homem, negro, entre 15 e 35 anos, trabalhador, morador de bairro pobre e sem antecedentes criminais.

O conjunto das informações acima reflete uma realidade cada vez mais difícil de ser sustentada na cidade. A omissão de sucessivos governos municipais diante desse persistente quadro de desigualdades se deve aos interesses de classe das elites dominantes, para se perpetuarem no poder, utilizando, dentre seus principais instrumentos de manutenção do status quo, o racismo como um poderoso fator na estruturação das relações sociais que favorecem a exploração e a dominação política.

Resultantes das pressões do Movimento Negro, são escassas e pontuais as políticas públicas implementadas para as demandas da maioria da população da cidade. Por isso, nas últimas décadas, na contramão do poder público, diversas organizações negras tomaram para si a tarefa de implementar iniciativas de combate aos efeitos perversos do racismo.

Entretanto, isso não pode continuar sendo uma tarefa exclusiva dos movimentos negros, cujas contribuições, teóricas e práticas, devem servir para pressionar pela alteração das políticas governamentais. Desse modo, a promoção da igualdade racial deve obrigatoriamente constituir-se como responsabilidade primária do setor público, de acordo com as decisões da III Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias.

2.4.2. PROPOSTAS:

Município e Sociedade - Promovendo a Igualdade Racial

- Formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial;

- Formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos, com ênfase na população negra, afetada por discriminação racial e demais formas de intolerância;
- Articulação, promoção e acompanhamento da execução das demandas, em parceria com outras secretarias e instituições, voltadas para a implementação da promoção da igualdade racial, priorizando o envolvimento intersectorial na execução das ações;
- Proposição e acompanhamento da implementação de legislação e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos aspectos relativos à promoção da igualdade e combate à discriminação racial;
- Atentar para programas específicos para a mulher negra, no que se refere a saúde, trabalho e educação, dentre outros.
- Construir uma ação governamental efetiva para a inclusão social na cidade do Rio de Janeiro, que tenham como principais diretrizes inter-relacionadas: o combate ao racismo institucional, a promoção da igualdade racial e a valorização dos espaços negros.
 - Garantir políticas de saúde voltadas para as doenças específicas da etnia.

2.5. SAÚDE

Falar de saúde não é apenas falar de atendimento médico. Falar de saúde, como diz a Organização Mundial de Saúde desde 1948, é falar de bem-estar físico, mental e social, e não apenas da ausência de doenças. As condições de saúde das pessoas dependem fundamentalmente de onde e como elas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem. Falar de saúde, portanto, é falar de emprego, alimentação, moradia, educação, saneamento, cultura, lazer, esportes, mobilidade, segurança e, também, dos cuidados de saúde.

O Rio de Janeiro. MetrÓpole regional e nacional pode crescer e minimizar algumas iniquidades quando esteve associada a um projeto nacional que caminhava nessa direção. As melhorias na redução das desigualdades resultante de uma associação virtuosa dos governos da Cidade, do Estado e do país comprometidos com o progresso e a justiça social, refletiram-se no volume de investimentos públicos federais na Cidade.

Entretanto, o abandono dos compromissos com as classes populares a partir de 2015, foi progressivamente inibindo a superação das desigualdades na cidade, agravadas pela falência do governo estadual.

Para Construir a Saúde de todos(as) e para todos(as):

A partir da cidade e seus territÓrios, o foco de uma proposta de resgate de cidadania se relaciona com a implantação de modelos de desenvolvimento compatÍveis com a conservação da diversidade biológica e cultural, baseados na participação social. A partir de um conjunto de iniciativas busca-se uma orientação territorial muito clara: a redução expressiva das desigualdades socioespaciais para a estruturação de uma cidade reconhecida como lugar em que se vive com qualidade e que oferece oportunidades para todos(as)

Num projeto de TERRITÓRIOS VIVOS é preciso evoluir e trabalhar a relação e a inter-relação da saúde com a educação, a habitação, o saneamento, o transporte, o meio ambiente, o trabalho, o esporte, a cultura e o lazer. Avançar ainda mais nas ações integradas mudando o processo de trabalho a partir da incorporação da participação de toda a cidade nas ações de promoção da saúde.

A estratégia de Saúde da Família vem ao encontro dessa reorientação ao centrar a atenção na família dentro de um contexto físico, social e cultural peculiar, possibilitando uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, permitindo intervenções além das práticas curativas. Políticas como essas se coadunam com a promoção de ações na área de saúde e educação, bem como iniciativas de vigilância ambiental e ações de saneamento básico no sentido de reduzir riscos de doenças veiculadas pela água e poluição atmosférica, entre outras.

No tocante às ações de combate a doenças, há muito a avançar na organização de um novo modelo para a rede de atenção à saúde solidário e responsável, que integre o sistema para que haja portas de saída à demanda

captada na atenção básica e reconheça o papel da cidade do Rio de Janeiro como um polo estadual inserido em uma região metropolitana que agrega sobretudo complexidade ao tema do acesso em saúde.

O novo modelo também deve radicalizar na participação social e na transparência de suas ações e projetos, resgatando o sentido da “coisa pública” e a participação popular, resignificando os conselhos populares e sua atuação na construção do sistema de saúde e trazendo, ainda, o orçamento participativo como uma estratégia de escuta e definição de prioridades pela população e avançando na valorização dos(as) profissionais e usuários(as) por meio de iniciativas de cogestão junto aos serviços.

Dessa forma, é necessário que a organização da atenção à saúde considere a articulação entre as ações e serviços da rede por meio dos serviços de urgência e emergência – incluindo SAMU e UPA, com os demais equipamentos de saúde, objetivando ampliar e melhorar o acesso humanizado e integral aos(as) usuários(as) de forma ágil e oportuna. Esse tema se traduz na necessidade de ampliar o acesso, aperfeiçoar a qualidade, reduzir as desigualdades regionais e o tempo de espera e fortalecer a atenção integral das ações e serviços de saúde.

2.5.1. PRESTAR CUIDADO CERTO E DE QUALIDADE, NO LUGAR CERTO E NA HORA CERTA

Este desafio será o fio condutor de todas as iniciativas na área da saúde e o mote para o enfrentamento das iniquidades, sobretudo aquelas relacionadas a populações vulneráveis e/ou excluídas – que não podem mais ser invisíveis aos olhos dos gestores públicos, especialmente as crianças, as mulheres, idosos.

A gestão da saúde no Rio de Janeiro será coerente com as propostas da XII Conferência Municipal de Saúde e com as diretrizes da 15ª Conferência Nacional de Saúde ocorridas em julho e dezembro de 2015, respectivamente. Além disso, nunca é demais reafirmar os compromissos da IX Conferência Nacional de Saúde que já enunciava “O desafio de cumprir e fazer cumprir a lei!”.

Não resta dúvida de que o Rio precisa e merece propostas construídas a partir de uma grande aliança, com a participação da sociedade que reverbere em compromissos claros e exequíveis – que enfrente suas mazelas, que devolva a transparência e o sentido público às políticas levando o município a uma nova realidade de desenvolvimento humano e justiça social. São elas, distribuídas por grandes temas:

Direito à saúde, garantia de acesso e atenção de qualidade:

- Ampliar a oferta de serviços e ações de modo a atender as necessidades de saúde, respeitando os princípios da integralidade, humanização e justiça social e as diversidades ambientais, sociais e sanitárias das regiões, buscando reduzir as mortes evitáveis e melhorando as condições de vida das pessoas. **IMPLANTAR GRADUALMENTE O TERCEIRO TURNO NA ATENÇÃO BÁSICA**, observada a existência de serviços e demandas da população.
- Ampliar o acesso a serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos e outras tecnologias de cuidado no âmbito do SUS.
- Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (mulher, criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.
- Qualificar a produção do cuidado, com a participação ativa do usuário e o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras.

- Estruturar o sistema de regulação do acesso, incluindo todos(as) os serviços do SUS que tenham como missão fundamental a assistência no âmbito municipal, incluindo nessas condições os que hoje estão sob gestão do estado e união ou que venham a ser municipalizados, de maneira articulada com os demais municípios da Região Metropolitana e do interior do Estado.
- Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção da vida saudável em todas as idades.
- Implementar ações de saneamento e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.
- Definir e estruturar a Atenção Básica como primeiro nível de atenção e porta preferencial de entrada no sistema, aumentando o percentual de cobertura da população, integrando e coordenando o cuidado, garantindo serviços especializados em lugar e tempo adequado;

Atenção básica de saúde:

- Garantir gradualmente nas clínicas da família, sistemática permanente de atendimento não agendado quando necessários;
- Fortalecer e valorizar as equipes das clínicas da família, completando o quadro profissional das clínicas da família;
- Retomar gradualmente a atividade de médicos gineco-obstetras, clínicos e pediatras, incorporando-os aos processos de trabalho das clínicas da família, valorizando a atividade de todos(as) os profissionais com a comunidade e a responsabilização por seu território;
- Criar sistemática a fim de garantir, sempre que necessário, que haja continuidade do cuidado, operando localmente na clínicas da família um sistema municipal de regulação, informatizado e ágil;
- Desenvolver programa específico para a população feminina de característica intersetorial e integral a saúde da mulher;
- Implementar equipes e cuidados em saúde mental nas clínicas da família apoiadas pelas equipes dos centros de atenção psicossocial (CAPS);
- Articular a atenção básica com a atenção pré-hospitalar, com os prontos-socorros isolados ou intrahospitalares e com a atenção hospitalar no processo de estruturação da rede de urgência e emergência;
- Reorganizar e garantir acesso aos serviços especializados, contribuindo com a reorganização e operação do complexo regulador, visando reduzir o tempo de espera por exames e consultas especializadas;
- Assegurar a assistência da família a todas as pessoas da área de abrangência, eliminando obstáculos a parcelas do território sob responsabilidade da unidade;
- Moradores das áreas de limites geográficos entre unidades, trabalhadores e estudantes podem optar por se matricularem na clínicas da família de mais fácil acesso, inclusive por local de atividade.

Atenção de urgência e emergência:

- Articular e organizar a rede de urgência e emergência, incluindo a assistência pré-hospitalar;
- Desenvolver qualificação permanente da equipe de atenção pré-hospitalar, de urgência e emergência para a assistência em saúde mental, especialmente para o atendimento aos dependentes de álcool, crack e outras drogas;
- Definir como meta que os pacientes atendidos em ambiente pré-hospitalar não permaneçam em maca por mais de 24 horas, garantindo a assistência em leito hospitalar, quando necessária;

Atenção ambulatorial especializada:

- Proceder à gestão das filas para exames, consultas, procedimentos especializados e cirurgias eletivas com o objetivo de reduzir o tempo de espera.
- Utilizar plenamente a capacidade instalada e ampliar a resolutividade dos ambulatórios de especialidades, completando o quadro dos profissionais e incorporando tecnologias e equipamentos para procedimentos terapêuticos e diagnósticos;
- Organizar e dar transparência ao agendamento – publicar listas, inclusive na internet, garantindo adequada informação e controle social da ordem de acesso;
- Garantir o cuidado certo e de qualidade, no lugar certo e no tempo adequado, considerando a base territorial para a distribuição dos ambulatórios de especialidades, laboratório de exame de imagens e serviços de

cirurgia ambulatorial para agilizar o acesso e reduzir o elevado tempo de espera de exames e procedimentos cirúrgicos eletivos;

- Fortalecer os Centros de Atendimento Psicossocial, efetivando a adequada qualificação com capacitação permanente da equipe multiprofissional dessas unidades, articulando-os com as clínicas da família e hospitais de retaguarda para a saúde mental;

- Ampliar a carga horária de atividade dos CAPS Álcool e Drogas (CAPS ad), atuando de forma articulada com as unidades de acolhimento transitório e os serviços de residência terapêutica, visando a uma ação mais abrangente e integral para os dependentes de álcool, crack e outras drogas, bem como para seus familiares.

Atenção hospitalar:

- Iniciar tratativas para incluir os hospitais gerais sob gestão federal, segundo o princípio legal do comando único em cada esfera de governo, no sistema de regulação municipal;

- Estabelecer sistema de regulação que garanta agilidade no acesso aos leitos de internação, integrando rede básica e rede de urgência e emergência com a assistência hospitalar;

- Reformar, ampliar e reorganizar progressivamente todos(as) os hospitais municipais;

- Garantir oferta adequada de leitos para desintoxicação na assistência aos dependentes de álcool, crack e outras drogas;

- Otimizar o uso dos leitos existentes, organizando a assistência domiciliar, possibilitando a internação domiciliar e trazendo benefícios aos convalescentes que estão na fase final de sua recuperação e que podem fazê-lo no aconchego dos seus lares. Buscar, para isso, o apoio técnico e financeiro do Programa Melhor em Casa, do Ministério da Saúde;

- Estabelecer termo de contratualização de metas com os hospitais próprios;

- Expandir o número de unidades hospitalares habilitadas como hospital de ensino nos termos definidos pelo Ministério da Saúde.

Ações e serviços da vigilância em saúde:

- Elaborar o marco legal e a estrutura organizacional para a vigilância em saúde, visando a adequada execução de ações, atividades e serviços para a preservação da saúde no município;

- Elaborar e implantar estrutura de cargos gerenciais, técnicos e de apoio, compatíveis com a estrutura organizacional da vigilância em saúde;

- Prover os cargos com pessoal qualificado, contratado mediante concurso público.

Participação e Controle Social:

- Fortalecer as instâncias de controle social e garantir o caráter deliberativo dos conselhos de saúde, ampliando os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.

- Fortalecer a articulação entre os espaços de participação social em todas as políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento de ações intersetoriais;

- Expandir e aprimorar sistema de ouvidoria municipal;

- Defender e valorizar o papel e a autonomia das instâncias de controle social e adotar medidas que garantam a livre participação.

Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde:

- Fortalecer o papel do município na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013.

- Definir política de gestão do trabalho visando a valorização dos trabalhadores da saúde, garantindo condições salariais adequadas, ascensão profissional segundo planos de carreira, democratização das relações de trabalho, por meio de negociações com entidades representativas dos trabalhadores da saúde e fortalecimento da mesa permanente de negociação;

- Aprimorar o processo de integração com as instituições de ensino superior e técnico, favorecendo maior contribuição dessas entidades na qualidade da assistência, na educação permanente, na gestão dos serviços de saúde, nas programações do plano municipal de saúde e no desenvolvimento de pesquisas.

Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde:

- Cumprimento dos princípios da administração pública da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; ENFRENTAREMOS A TERCEIRIZAÇÃO FEITA PELO MODELO DE OS.

- Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

- Aprimorar a atuação do município como gestor do SUS, especialmente por meio da formulação de políticas, da qualificação dos investimentos, da indução dos resultados, da modernização administrativa e tecnológica, da qualificação e transparência da informação.
- Desenvolver política de comunicação que informe adequadamente a população sobre os serviços e ações ofertados pelo sistema municipal e suas prioridades, de modo a propiciar melhor utilização dos serviços de saúde e maior participação e controle social;
- Apoiar a fiscalização da saúde suplementar, a defesa do cidadão quando da sua relação de beneficiário com seu plano privado de saúde e as ações necessárias ao ressarcimento dos planos privados ao SUS, no âmbito municipal.

Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS:

- Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, de análises de situação de saúde e da inovação em saúde, contribuindo para a sustentabilidade do SUS.
- Valorizar o SUS como política de Estado, por meio de estratégias de comunicação.

Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS:

- Fortalecer o Complexo Industrial da Saúde para expandir a produção nacional de tecnologias estratégicas e a inovação em saúde.

Retomar a implantação do PAISM – Programa de assistência Integral à Saúde da Mulher:

- Ampliação do acesso regular a exames preventivos de câncer de mama e cérvico-uterino, com foco no diagnóstico precoce, por meio de rastreamento com garantia da ampliação do acesso a exames como mamografia e ultrassonografia
- Garantia do direito de reconstrução de mama na mesma cirurgia em que foi feita a retirada do câncer (Lei 12.802-2013);
- Execução do Programa Federal “Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do Governo”, com atenção especial às mulheres jovens e da terceira idade
- Programa de combate a DST-AIDS
- Monitoramento da mortalidade materna, visando a redução dos índices.
- Melhoria da qualidade do pré-natal, partos humanizados e atendimento aos casos de aborto espontâneo ou nos casos previstos em lei;
- Garantia de locais destinados ao aleitamento nas repartições públicas e da implementação da coleta itinerante do leite materno
- Monitoramento da implementação da Lei 10.778 sobre a Notificação Compulsória de casos de violência contra as mulheres atendidas em serviços de saúde.

2.6. EDUCAÇÃO

Uma nova política educacional que dialogue com a sociedade colocando a escola a serviço de uma “Educação Pela Paz”, que resgate permanentemente o valor da democracia, deverá conceber a educação de forma mais ampla e global, levando em consideração a vivência dos alunos e suas famílias, trabalhadores da educação e toda comunidade em suas práticas, culturas e histórias de vida.

Significa dizer, que não podemos reproduzir mais, aqui no Rio de Janeiro, a velha escola e que é necessário apontar para um novo projeto que se caracterize pela indissociabilidade entre o diálogo permanente com a comunidade, a democratização da gestão escolar e a valorização dos profissionais de Educação.

Uma escola que combata a ignorância e o tolhimento das liberdades individuais e coletivas, que garanta a livre ação de educar de seus(uas) profissionais e que combata a destruição do ensino pública, única forma real de democratização de uma sociedade. O contrário disso é o que denominaram de “Escola Sem Partido”. Essa proposta que se ampara em princípios ideológicos que historicamente desembocaram na insanidade da intolerância e eliminação de seres humanos sob o nazismo e fascismo e o fundamentalismo, diferentemente do que tenta dizer em sua nomenclatura, ela trata da defesa da escola do partido da intransigência com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; defende a xenofobia nas suas diversas facetas: de gênero, de etnia, de religião, de condição social, etc. Uma proposta, portanto que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia, mesmo que nos seus limites. Um projeto tirânico, puritano e inclemente que dissemina o ódio, podendo chegar ao ponto de defender a eliminação do diferente.

Ao contrário disso, a educação que defendemos deve valorizar as diferenças e preparar as crianças, os(as) jovens e os(as) adultos(as) para a vida em sociedade, resgatar as vivências dos(as) alunos(as), suas famílias e comunidades onde vivem. Mais do que novas técnicas ou novas formas de apresentar velhos conteúdos, o conhecimento deve partir da realidade social. Aprendizado que aprende a aprender, que interpreta, constrói e inova; que fortalece os sentimentos de pertencimento, de liberdade, de curiosidade, de inconformismo e de luta pela Paz. Uma Educação inclusiva que combata o machismo e valorize as mulheres. Que promova o combate à educação diferenciada e proponha reformular os livros e os currículos, visando eliminar estereótipos discriminatórios, e promove os direitos das mulheres e seu protagonismo na história do Brasil.

Educação não é privilégio, é direito de todos(as). Deve chegar a toda a sociedade e ser transformadora para que crie perspectivas de um futuro que iguale as oportunidades, sustentável na relação com a natureza e na socialização dos conhecimentos. A educação deve ser universal, pública, gratuita, laica e de qualidade para fortalecer a democracia e a consolidação de direitos. Nossas escolas devem estar voltadas para valorização da vida e preservação do meio-ambiente, o reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, cultural, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiências e a valorização da cultura da paz.

Estamos falando de um novo Projeto de Educação para a Cidade do Rio de Janeiro, onde a escola não seja um mero depositário de esperanças onde se tenta corrigir todos equívocos de uma sociedade impregnada pelos vícios de uma cultura Burguesa. Estamos falando de uma nova escola que mobiliza famílias, comunidades escolares e a população pela qualidade da educação; que faz de cada unidade escolar, através da parceria entre as diversas Secretarias de Governo, as entidades dos movimentos sociais e as organizações da comunidade, um Centro de Acolhimento, Convivência Cívica e Social, Desenvolvimento e Atendimento Comunitário.

2.6.1 PROPOSTAS:

- Organizar uma Conferência Municipal de Educação, intitulada: Conferência Popular de Educação da Cidade do Rio de Janeiro
- Garantir a eleição direta por chapa de diretores(as) e vice-diretores(as), interligada ao projeto político-pedagógico-administrativo e cultural da escola, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar;
- Contribuir para o fortalecimento dos Conselhos de Escola por meio de processos de formação de Conselheiros; Implementar o orçamento participativo no âmbito da gestão da escola;
- Democratizar a participação no Conselho Municipal de Educação, tornando-o em um instrumento permanente de diálogo na definição de políticas para a educação.
- Resgatar a escola enquanto espaço de aprendizagem, ciência e cultura, de convivência respeitosa entre os diferentes atores que fazem a educação. E neste sentido, a construção participativa de políticas e programas de enfrentamento aos graves problemas de nossa sociedade, tais como as drogas, a violência nas escolas, violência doméstica e de crises sociais, devem estar presentes permanentemente em nossas preocupações e nossas ações. Cumpriremos a lei para implantar a educação musical e afro-indígena nas escolas.
- Implantação de HORÁRIO INTEGRAL nas escolas, substituindo gradativamente o turno único ampliado
- Criar em todas as nossas unidades escolares ‘Centros Permanentes de Atendimento à Mulher adolescente’, com apoio humanitário, psicológico, jurídico e de capacitação profissional.
- Aumentar o número de creches e ampliar seu atendimento para o horário da noite, visando atender as crianças cujas mães ou responsáveis necessitem trabalhar ou estudar nesse período, assim como estender o horário de atendimento e guarda às crianças do ensino fundamental em igual situação, otimizando o uso noturno das nossas escolas já existentes.
- Estimular o esporte como prática de integração e desenvolvimento físico pleno e saudável através da implementação de programas esportivos diversificados, dentre eles a construção de quadras poliesportivas cobertas, investimentos em equipamentos, formação dos(as) professores(as) e a criação das Olimpíadas Municipais, propiciando ao(a) aluno(a) e sua família o contato e a vivência com diversas modalidades esportivas, ampliando suas possibilidades de desenvolvimento e identificação entre alunos e familiares de comunidades diversas.
- Promover a recuperação física das escolas viabilizando a construção, restauração e reforma dos prédios escolares.

- Criar laboratórios de ciências e de informática, espaços pedagógicos importantes para a formação dos estudantes, bem como para a divulgação, popularização e socialização do conhecimento na perspectiva de se ter uma escola aberta. .
- Readequar o repasse de recursos às necessidades das escolas a partir do diálogo direto com as comunidades escolares.
- Garantia e qualificação da informatização da escola com acesso a todos(as) os seguimentos da comunidade escolar, com a devida capacitação de gestores e educadores(as) para utilização das novas tecnologias.
- Criar espaços de multimídia nas escolas municipais, com recursos tecnológicos
- Investir na escola enquanto referência cultural e de espaço comunitário, que acolhe e integra as manifestações da comunidade aos processos educacionais.
- Promover encontros com artistas locais, fazendo do espaço escolar um local de permanente valorização e aprendizagem da cultura popular.
- Investir, em regime de colaboração com União, Estado e demais Municípios vizinhos: no transporte escolar dos estudantes (ampliando, com critérios de distância e de renda das famílias residentes na nossa cidade, para outros níveis de ensino); nas atividades de prevenção à saúde, em interação com outras secretarias de governo; e na implementação de uma política pública de alimentação escolar de qualidade.

O reconhecimento e a garantia de direitos dos(as)trabalhadores(as) da educação é uma condição necessária à construção da proposta político-pedagógica do Município. É incontestável a importância do papel que esses atores desempenham na implementação e consolidação das propostas, uma vez que os princípios e eixos que a constituem são referenciais ético-políticos da ação pedagógica conduzida diretamente por eles. Assim sendo, a Secretaria Municipal de Educação deverá ter como compromisso a formulação de políticas de afirmação do trabalho dos docentes e dos demais servidores, priorizando a melhoria das condições de trabalho, o estímulo à formação continuada REVISÃO DO PLANO DE CARREIRA, bem como o acesso aos cargos por meio de concursos públicos e sufrágios diretos.

Estaremos empenhados em garantir a melhoria e modernização das condições de trabalho. Reconhecemos a importância do Piso Nacional Profissional do Magistério como vencimento básico da carreira nacionalmente, porém, afirmamos sua insuficiência para o pleno exercício da função e assumimos o compromisso de criar as condições financeiras necessárias para a criação de um verdadeiro plano de cargos e salários que estimule a formação permanente dos profissionais docentes e demais servidores, com as correspondentes progressões visando uma futura carreira única do magistério e demais profissionais da Educação.

A precarização do trabalho das diversas atividades inerentes a escola não terá espaço em nosso projeto. Queremos garantir a qualificação do quadro de trabalhadores(as) em educação através da seleção e admissão por Concurso Público, aprimorando os mecanismos de acesso por políticas afirmativas para a composição dos quadros atendendo a demanda de comunidades específicas e pessoas deficientes. Assim como, queremos manter uma política de diálogo e respeito à categoria, através de uma relação aberta e construtiva com suas representações sindicais, e a imediata liberação para o trabalho sindical dos dirigentes sindicais no âmbito do município.

Integração Alimentação - Saúde - Educação

A cidade do Rio possui um largo histórico agrícola, embora hoje relegada um papel menor na Zona Oeste, devido à forte expansão urbana e especulação imobiliária. Apesar destas questões a atividade na região, ainda, persiste no Maciço da Pedra Branca - no Rio da Prata (AgroPrata), em Vargem Grande (AgroVargem) e através dos lavradores e criadores de Jacarepaguá (Alcri-JPA). Estes grupos de agricultores familiares podem representar uma mudança de paradigma se for observado pela tríade 'alimentação - saúde - educação'. Esta representará uma mola na qualidade de vida das famílias de baixa renda carioca, tanto na apropriação mais adequada e intensiva desta atividade nas comunidades já estabelecidas, quanto na promoção de hortas nas escolas municipais.

Deste modo, a implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, com base nos fundamentos agroecológicos estabelecidos na prática da Agricultura Familiar, pelo extinto Ministério do

Desenvolvimento Agrário - MDA, não atenderá apenas o quantitativo mínimo de uma refeição diária prevista pelo Programa.

2.7. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos(as) técnicos(as) de referência de CRAS e CREAS é exigida uma atitude compatível com a proposta de cidadania e autonomia para aqueles que têm direitos a serem garantidos pelo Estado como fiador da Política de Assistência Social.

Garantir o conhecimento das demandas de proteção social da população de cada território/CRAS é fundamental para as atividades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais. Esta é uma área da gestão a ser dada prioridade, a partir do diagnóstico socioterritorial articulado a um sistema de informação. Neste sentido propomos um trabalho articulado com o Instituto Pereira Passos que tem esta finalidade no município do RJ.

Segundo a falsa construção, que distingue cidadania ativa de passiva tem levado a interpretar falsamente, que atenções sociais públicas providas por essa política são expressões tuteladoras que ocasionam, ao mesmo tempo o assistencialismo e o traço político personalista do governo e do Estado descolando tais atenções da condição de acesso a direitos e ao reconhecimento da cidadania ativa. Não se avança em direitos sociais se o modo de gestão não for, ele mesmo, propulsor da emergência de forças.

Neste sentido, são necessárias mudanças na gestão, no provimento de serviços e benefícios no processo de trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social, para que se avance na prestação das seguranças de acolhida e convívio no sentido de se efetivar conquistas objetivas de qualidade de vida e de viver, no território onde ocorre a reprodução social de trabalhadores(as) e de suas famílias, quebrem barreiras para a seguridade social no âmbito da cidadania. Até o momento se evidencia a efetivação da segurança de sobrevivência que mais se destacou desde a implementação do sistema único;

PROPOSTAS:

- Realização de concurso público para psicólogos(as) para que se efetive a parceria com assistentes sociais no acompanhamento familiar no CRAS e CREAS;
 - Ampliação do número de técnicos de referência no quadro de trabalhadores(as) da secretaria municipal com a finalidade de assumir a instituição de CRAS e CREAS nas áreas da UPPs localizadas em comunidades conflagradas no Município.
- Atenção Às Pessoas Com Deficiências no Município Do Rio De Janeiro
- Atendimento prioritário ao segmento de Pessoas com Deficiência em situação de pobreza e/ou risco pessoal ou social;
 - Promoção da família;
 - Inclusão social e equiparação de oportunidades das pessoas com deficiência;
 - Garantia de normas de acessibilidade na construção, reforma ou adaptação dos espaços físicos, mobiliário e equipamentos urbanos;
 - Garantia de informação e de acesso das pessoas com deficiência a todos(as) os bens e serviços sociais e comunitários disponíveis à população em geral;
 - Cobertura do perfil de demandas através de ações integradas entre setores, serviços e Instituições que compõem a rede pública de atendimento (Organizações de Governo e Sociedade Civil).
 - Atendimento de Reabilitação em Comunidade
 - Atendimento Domiciliar
 - Atendimento em Centro Dia ou Casa Dia
 - Residência com família acolhedora
 - Residência em Casa Lar
 - Atendimento em abrigo para pequenos grupos
 - Inclusão de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho
 - Promover: Avaliação, Monitoramento e Supervisão
 - Estabelecer indicadores de impacto voltados para os objetivos da atenção às pessoas com deficiência pela Assistência Social: Envolvimento e promoção social das famílias; Desenvolvimento de ações integradas com

outros serviços da rede básica de saúde, educação, trabalho e renda e desenvolvimento social; Promoção e inclusão social dos usuários

- No caso dos abrigos e residências: Realizarcadastro específico de admissões, sob responsabilidade da FUNLAR, visando acompanhar o tempo de permanência dos usuários, cujo prazo, assim como as estratégias de reinserção familiar/comunitária, deva ser permanentemente monitorado pela equipe de supervisão.

- Programa de inclusão progressiva de pessoas com deficiência em idade escolar nas classes regulares dos estabelecimentos regulares da Rede Municipal de Ensino.

2.7.1.5. Inserção Cultural de Pessoas com Deficiência

- Textos em Braille nas bibliotecas públicas

- Programas de espetáculos em Braille

- Tradutores para Libras em peças teatrais

- Equipamentos para acessibilidade em todas as casas de espetáculos e teatros da cidade

- Áudio descrição dos espetáculos e peças teatrais e legenda nas produções audiovisuais.

2.8. LGBT

A Cidade do Rio de Janeiro, como todas as grandes metrópoles, possui uma sociedade plural que se auto organiza espontaneamente a partir de suas necessidades tendo o Poder Público o papel balizador de fortalecer as instituições, e garantir os básicos programas sociais para a garantia da dignidade da pessoa humana como propõe a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º.

Não há dúvidas de que as políticas públicas exercem um importante papel na superação das opressões de gênero e sexuais. A contribuição para a redução de tais desigualdades se materializa com o acesso a estas políticas públicas de maneira universal.

A população LGBT no Rio de Janeiro faz parte de um recorte ondem, entre as pessoas mais vulneráveis sejam as mais vulnerabilizadas por não alcançarem garantias de acesso a Programas governamentais de moradia, escolarização, saúde, emprego, lazer, entre outros. A única maneira de iniciarmos um processo para a redução desta desigualdade é pautarmos, na agenda do governo, a formulação e implementação de ações e programas dirigidos a este fim, construindo políticas públicas que possam assumir um caráter universalista, mas generificado quanto a forma de políticas dirigidas a grupos específicos, a exemplo de programas de combate à LGBTfobia nas áreas de educação, saúde e segurança.

Faz-se necessário e urgente que sejam criados Centros de Referências para atendimento da comunidade LGBT mais vulnerável e/ou vitimada pela violência. Da mesma forma que o atendimento médico em clínicas especializadas em transfeminilidade e transmasculinidade é a maneira mais adequada para a atenção médica de pessoas ‘trans’ para que não haja mais o aviltamento do constrangimento desnecessário.

A defesa e a proteção contra violações precisam se refletir também sob a perspectiva de promoção de direitos, possibilitando o investimento em ações voltadas à educação, à comunicação, aos direitos humanos e à cultura de paz com base na construção de experiências individuais e coletivas e de uma consciência de respeito ao outro, de solidariedade e de compromisso contra todas as formas de discriminação, opressão e violência ou expressões de violência na cidade do Rio de Janeiro.

Outro ponto que precisa ser elencado como prioridade é o de enfrentamento a problemática da violência contra a população LGBT, promovendo os direitos desse segmento.

Nesse contexto é importante destacar que não se deve ter uma visão limitada em relação à política pública considerando apenas a burocracia estatal como protagonista de todo o processo de construção, execução e consolidação do trabalho.

As propostas que estão colocadas na sociedade contemporânea para o segmento LGBT e que pretendemos aplicar na cidade do Rio de Janeiro são as seguintes:

- um marco jurídico que ampare a proteção dos direitos do segmento promovendo a atenção prioritária da vida social, como educação, saúde e previdência aos mais vulnerabilizados ou em situação de risco social;
- um programa que traga princípios, diretrizes, objetivos, metas e eixos estratégicos claros, capazes de orientar a formulação, implementação, o monitoramento e a avaliação das ações;
- um órgão responsável pela mediação da elaboração e execução das políticas, pautadas na intersectorialidade e transversalidade das ações;
- um conselho composto por representantes da sociedade civil e do governo, responsável pelo controle social do programa e da gestão que materializará as políticas públicas propostas;
- dotação orçamentária que assegure a realização das ações propostas no programa.

A garantia do exercício da cidadania por todas as pessoas deve ser a mola mestra para impulsionar um governo. Precisamos fazer com que a população LGBT tenha a garantia de acesso a todos(as) os serviços que estão disponibilizados para toda a população.

2.9. ESPORTES

O Esporte pode e deve contribuir com o desenvolvimento do Rio. A Cidade realizou os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos em forte parceria com os organizadores, as entidades esportivas e os outros entes governamentais. Mas o fez principalmente sem o engajamento do povo carioca. Por um período, os dois eventos esportivos geraram empregos transitórios para a população do Rio, puseram a cidade no centro das atenções e arrebanharam investimentos grandes do governo federal, mas perdemos a oportunidade de garantir o legado de infraestrutura, saneamento e mobilidade urbana para a maioria do povo.

É necessário manter viva a movimentação da cadeia produtiva do esporte. O Rio tem potencial para incrementar os negócios do setor e fomentar este segmento produtivo do esporte e do consumo das famílias. A cidade que realizou os Jogos Pan-americanos e os Jogos Parapan-americanos de 2007, os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos de 2016 tem plenas condições para se manter forte nesse circuito, basta que a prefeitura tome a iniciativa junto com entidades esportivas, patrocinadores e outros interessados na utilização da estrutura já montada e aproveitem a capacidade de realização dos cariocas.

Infelizmente, quando se trata de desenvolver o esporte, a prefeitura do Rio perdeu uma grande oportunidade. Ao mesmo tempo que construiu instalações esportivas sofisticadas, o município ignorou a necessidade de investir no esporte propriamente. Prova disso é que a Secretaria de Esportes não teve protagonismo nos Jogos Olímpicos, assim como os atletas e os clubes cariocas e de bairros ficaram em segundo plano.

Ao receber uma quantidade tão grande de novas e modernas arenas, é necessário, simultaneamente, ter uma política de uso desses espaços que coloque o Rio no centro do desempenho esportivo e cultural do país. O dossiê da candidatura olímpica prometeu transformar o Parque Olímpico da Barra num Centro Olímpico de Treinamento, semelhante ao que têm os países mais desenvolvidos no esporte. Esse centro se tornaria a referência do Brasil em preparação de atletas, acesso à cultura, medicina, ciência e tecnologia do esporte, intercâmbio, formação de técnicos e capacitação de outros recursos humanos para o esporte brasileiro e mundial.

Porém, as iniciativas da prefeitura não demonstram interesse em priorizar o benefício esportivo e cultural que essas arenas olímpicas podem trazer ao esporte carioca, em particular o esporte de rendimento. Também não se vislumbra uma parceria com as Federações Estaduais das modalidades para que participem da utilização das arenas e consequentemente do crescimento do esporte carioca. Uma pena que esse olhar prevaleça sobre algo que poderia significar uma revolução esportiva no Rio.

Entendemos que sediar eventos esportivos deveriam ser uma oportunidade para impulsionar o desenvolvimento humano, econômico e social da cidade e para acelerar investimentos em transporte público, portos, aeroportos e serviços essenciais. Mas isso precisa estar associado ao crescimento esportivo da cidade. Definitivamente, a prefeitura não cuidou disso. O legado esportivo proposto pelo município ficou a desejar.

Diretrizes:

- Desenvolvimento da cadeia produtiva do esporte: Rio no circuito mundial dos eventos esportivos.
- Fortalecimento do esporte, da base ao topo: Rio, a cidade do esporte.
- Fomento à prática esportiva, à atividade física e ao lazer: garantia do direito ao esporte para todos(as).

Propostas:

- Elaborar a Política Municipal de Esporte e Lazer.
- Criar a Lei de Incentivo ao Esporte.
- Criar o Conselho Municipal do Esporte.
- Definir percentual mínimo do orçamento municipal para investimento em esporte e lazer.
- Desenvolver o esporte desde a iniciação à prática esportiva, até a formação de atletas e o treinamento de equipes em alto nível.
- Apoiar os atletas do Rio para que treinem em condições de igualdade com seus principais concorrentes dos outros estados.
- Democratizar a gestão e maximizar a utilização das Vilas Olímpicas, combinando o uso comunitário e escolar com a prática de esporte em diversos níveis e modalidades.
- Implementar novas Academias da Saúde (espaços físicos dotados de equipamentos, estrutura e profissionais qualificados).
- Adotar, no atendimento básico de saúde, nas UPAS, a orientação sobre atividades físicas e esportivas para melhoria da qualidade de vida.
- Implantar, na rede escolar, programa de esporte educacional para além dos Ginásios Experimentais Olímpicos.
- Articular os cursos acadêmicos de educação física e esporte para oferecer capacitação multiprofissional e interdisciplinar aos profissionais que atuam nos programas esportivos municipais, de modo a garantir atendimento qualificado à população.
- Trazer as Escolas de Educação Física, o Conselho Regional de Educação Física, o Sesi, o Sesc, as Comissões de Desporto das Forças Armadas, as Federações Esportivas das modalidades, os clubes e outras instituições para colaborarem com a gestão do esporte no município.
- Fazer parceria com as Federações Esportivas para compartilhamento das instalações olímpicas e demais estruturas esportivas municipais.
- Apresentar plano de captação de novos eventos esportivos para movimentar a economia do Rio (turismo, hotelaria, gastronomia etc.) e utilizar plenamente o potencial de negócio dos eventos.

2.10. SEGURANÇA PÚBLICA - Cultura da não violência, Cultura de paz!

Não é nova a questão sobre o quanto a segurança pública deveria ser mais descentralizada. É um debate que vem desde o processo da Independência, de como o Estado brasileiro está sempre oscilando entre um poder central forte e demandas locais de autonomia. A Constituição de 1988 distribuiu as competências entre a União, Estados e os Municípios, mas, mesmo valorizando os municípios, não alterou em quase nada o quadro anterior existente, bastante deteriorado nas grandes cidades brasileiras desde os anos da ditadura.

Os municípios contavam com guardas municipais, mas suas atribuições estavam limitadas exclusivamente à proteção dos próprios e serviços municipais – prédios, parques, jardins, alamedas. Uma concepção militarista e repressiva de polícia, herdeira do autoritarismo brasileiro, não só não consegue prevenir e administrar conflitos como, pelo contrário, tende a alimentá-los e acirrá-los. Uma guarda municipal armada, que fazia a mesma coisa que a polícia militar, não servia nem para complementar o trabalho que cabe às polícias estaduais, nem se constituía como uma força capaz de agir próxima às comunidades, prevenindo e administrando preventivamente conflitos cotidianos, que vem a ser a proposta mais aceita, entre especialistas, para o seu papel nos municípios brasileiros.

PROPOSTAS:

O programa de governo deverá se constituir com base em uma Estratégia Municipal de Prevenção da Violência sob o slogan “PAZ PARA TODOS(AS)”:

- a. Ordem pública e Administração pacífica, SEM ARMAS, de ilegalismos no comércio urbano;

b. Política Preventiva de Delitos de Rua e Violência contra a Pessoa, através de diagnósticos situacionais-preventivos;

c. Administração Institucional e Preventiva de Conflitos entre Próximos (familiares, vizinhos e frequentadores de ambientes urbanos comuns de trabalho e lazer);

d. Políticas sociais para a juventude em situação de risco e vulnerabilidade social.

e. Aderir ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de 2010

3. DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

3.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

"Incentivo às Cadeias Produtivas na cidade do Rio de Janeiro como forma de aumentar a geração de trabalho qualificado e renda no município."

O legado dos governos Lula/Dilma permitiu o acesso das classes populares aos bens duráveis, mas suas condições de vida ainda são muito ruins, haja vista, por exemplo, a precariedade do saneamento, das habitações e do transporte público na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, ainda que o índice de desemprego no município do Rio de Janeiro seja um dos mais baixos entre as principais capitais do país, há que se considerar a conjuntura favorável do período de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos e as características de oportunidades existentes na cidade pelo grau de informalização e precarização do trabalho, com diversas micro atividades difundidas por todas as regiões da cidade.

Um grande desafio das políticas públicas para o Desenvolvimento Econômico e Social da cidade do Rio de Janeiro é melhorar a qualidade do emprego, considerando as diferenças socioculturais e demandas de cada região e garantir a participação dos trabalhadores no processo decisório de escolha de prioridades.

PROPOSTAS:

- Desenvolver potencialidades em atividades intensivas em trabalho, tratando cadeias econômicas associadas a aspectos culturais, audiovisuais, de esporte e de turismo, como políticas territorializadas e de superação de estigmas sociais. A riqueza a ser fomentada é a criatividade e o talento do povo, ao invés de recursos isolados sob controle concentrado de alguns agentes privados.
- Priorizar a questão metropolitana, integrando a cidade com os municípios vizinhos. As ações governamentais devem ser integradas, pois as metrópoles são constituídas por aglomerações de vários municípios numa única realidade urbana, econômica e cultural. Problemas de transporte, saneamento, emprego, saúde ou habitação não serão resolvidos isoladamente por um dos municípios adjacentes. Por exemplo, um plano de mobilidade da cidade do Rio de Janeiro deve considerar que há 700 mil pessoas que entram na cidade diariamente apenas para trabalhar, ao mesmo tempo que tantas se deslocam para desenvolver suas atividades em outros municípios.
- Multiplicar oportunidades de empregos formais através de um planejamento que alavanque novos mercados e atividades econômicas associadas, com priorização em investimentos nas comunidades, de modo a melhorar a qualidade de vida dos seus moradores.
- Fortalecer a gestão de bens públicos, a tributação progressiva e os mecanismos de regulação sobre atividades que impactam diretamente na formação do custo de vida das massas populacionais.
- Incentivar o adensamento do espaço urbano para maior eficiência e eficácia dos serviços públicos.
- Inclusão Econômica, Social e Cultural das Favelas e dos Bairros populares da Cidade
- Aproveitamento das Potencialidades da Produção Cultural e Audiovisual da Cidade
- Programas de capacitação de mulheres para o emprego, alargando o leque de profissões
- Adesão a Agenda de Trabalho Decente da OIT
- Implementação de programas de creches em tempo integral e creches noturnas
- Aproveitamento da Infraestrutura Olímpica
- Aproveitamento Econômico da Baía de Guanabara

- Retomada da Cadeia Produtiva da Indústria Naval
- Desenvolvimento da Agricultura Familiar na Zona Oeste
- Incentivo às empresas de software

3.2. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

PROPOSTAS:

- Articulação com as empresas locais de TI para estabelecimento de rede de cooperação lançando mão do poder de compra do Município nucleado na IPLAN Rio para aquisição de soluções e serviços, priorizando padrões abertos e software livre, geradores de conhecimento e empregos qualificados.
- Articulação com as Universidades, Escolas de Ensino Técnico e incubadoras para a montagem da Startup Rio, incentivando jovens a criarem soluções disruptivas voltadas para a missão da Prefeitura.
- Incentivo ao teletrabalho, com preservação dos direitos dos funcionários e trabalhadores CLT, tanto na gestão municipal como no relacionamento com as empresas instaladas no município e mesmo no exterior.
- Aprovação de Lei que estabeleça o ISS para as empresas de software e serviços de TI no mesmo nível das capitais do Sudeste.
- Promover o incentivo e a articulação da capacidade de produção de software pelo setor público e pelo mercado de software em saúde, incluindo-se as iniciativas locais do SUS e as iniciativas de instituições de ensino e pesquisa, a fim de fomentar o potencial de geração de emprego e de exportação.
- Implementar uma política de transparência a partir da TI, como Criação do GABINETE DIGITAL e do Departamento de Combate a Corrupção

3.3. AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Ainda que a Agricultura não tenha uma participação expressiva sob a ótica do PIB municipal, esta é uma atividade de grande importância social, sanitária e ambiental.

A negligência dos governos municipais que se sucederam no Rio, especialmente os mais recentes tão voltados que são para a lógica do mercado, não consideram uma política pública consistente para o setor.

Do ponto de vista social, há pesquisas que milhares de famílias ainda vivem da agricultura no Rio. Considerando o aspecto sanitário, os produtos da agricultura – alimentos não processados que são – poderiam estar na dieta de estudantes das escolas municipais.

PROPOSTAS:

- Potencializar o cadastro de todas as terras públicas do município, e verificar as áreas agricultáveis e destiná-las ao assentamento e a produção de alimentos, na forma de concessão de uso.
- Realizar convenio com a CONAB a compra antecipada /contratada de alimentos que a agricultorafamiliar/camponesa produzir.
- Utilizar o poder de compra do Estado para garantir o fornecimento de merenda escolar pela agricultura familiar do próprio município do Rio de Janeiro.
- Implementar um programa de apoio a instalação de agroindústrias na forma de cooperativas, a elaboração de projetos técnicos e viabilizando acesso a recursos do BNDES.
- Assessorar com projetos técnicos-arquitetônicos, para que todas as comunidades rurais do estado, tenham acesso aos recursos da CAIXA para implantação de melhorias nas casas ou construção de casas no meio rural, pelo programa ‘Minha casa, Minha vida’.
- Desenvolver hortas urbanas.

3.4. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A área de Ciência e Tecnologia tem história na Cidade do Rio de Janeiro. Ainda como capital do Império do Brasil, e posteriormente como capital do Brasil, surgiram aqui os primeiros núcleos de pesquisa, e de produção industrial. Ao longo de décadas, um processo de esvaziamento se intensificou.

Cabe à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ser protagonista na coordenação de esforços e da mobilização e da formulação de um definitivo ‘Plano Estratégico’ para este fundamental setor para o desenvolvimento do município do Rio.

PROPOSTAS:

- Construindo uma política municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Fomentar o desenvolvimento tecnológico, à educação e à participação no Plano Nacional de Banda Larga, visando à interiorização dessa infraestrutura;
- Promover o acesso à internet via rede híbrida, integrada ao Plano Nacional de Banda Larga, visando também a melhoria da gestão municipal e a oferta de serviços de e-GOV, com foco no cidadão.
- Desenvolver um sistema integrado de instituições e de fomento à inovação
- Estruturação de um “Fundação Municipal de Apoio à Pesquisa Científica, Tecnologia e à Inovação”.

3.5. MOBILIDADE URBANA

O problema da mobilidade urbana tem ocupado sistematicamente a mídia. O caos e os congestionamentos são sentidos hoje pelas diferentes classes sociais, nos mais diversos pontos da cidade.

O levantamento da mobilidade é sempre feito levando em consideração todos os municípios da região metropolitana, pelo forte entrelaçamento que existe entre os mesmos. A cidade do Rio de Janeiro é a principal geradora das viagens, bem como a que mais atrai, representando, em ambos os casos, de onde começam as viagens e onde terminam, um índice de mais de 60%.

Como o Rio de Janeiro é o principal município da Região Metropolitana, e o que mais sofre com a desarticulação dos entes envolvidos, nas mais diversas políticas.

A política para o setor de mobilidade deve estar em consonância com a política maior de governo. Notadamente a política habitacional e de trabalho, visando a sinergia da aplicação dos recursos públicos e a racionalização do tempo de vida das pessoas. Na articulação com a política de governo devemos ter: a Inversão de Prioridades, a Participação Popular e a Valorização do Serviço Público. Neste sentido entendemos que as diretrizes políticas para o setor devem ser orientadas para:

Priorizar o transporte coletivo, a bicicleta e o pedestre na ocupação do espaço público, intensificar as ações para garantir o desenvolvimento do transporte sobre trilhos para Zona Norte e Oeste popular, invertendo a lógica da construção para domínio dos automóveis.

Implantar a PASSE LIVRE SOCIAL, nos transportes sob concessão da prefeitura, para desempregados, trabalhadores informais, estudantes dos três níveis de ensino público, estudantes cotistas, FIES e PROUNE das escolas privadas e cadastrados do bolsa família. Esta política beneficiará 800.000 pessoas.

Criação de canais de participação efetiva da população nas decisões desse setor.

Fortalecimento do Serviço Público, tornando o Município no verdadeiro órgão gestor da mobilidade urbana.

PROPOSTAS:

- Articular as políticas, principalmente a habitacional, com a política de mobilidade
- Ser o direcionador da política tarifária que tem beneficiado principalmente os empresários do setor.
- Possibilitar a mobilidade para as regiões mais distantes do município.
- Fazer uma reformulação nos itinerários dos ônibus, respeitando a vontade dos usuários e garantindo pleno conhecimento das mudanças necessárias.
- Implantar uma rede de transporte noturno e de final de semana.
- Construir acesso a Morros e Favelas com implantação de tecnologias adequadas, principalmente planos inclinados ou elevadores, que apresentam menor custo de implantação e manutenção.
- Estruturar o Transporte de Portadores de Deficiência Física

- Colocar a participação popular como primordial no êxito da política de mobilidade.
- Garantir um olhar de gênero na mobilidade, como por exemplo a iluminação dos pontos de ônibus e a possibilidade de parar fora do ponto para as mulheres após às 22:00 hs.

4. DIMENSÃO URBANÍSTICA, DE HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

4.1. PLANEJAMENTO URBANO

Vivemos, desde a virada do século XIX para o XX, um aumento exponencial no número de pessoas morando em cidades do chamado mundo urbano. Hoje, no século XXI, muitos falam em crise urbana, e nela estão incluídas crises habitacionais, de saneamento, de água, de transportes, climáticas, migracionais, de alimentos, entre outras.

A partir da inserção do Rio aos megaeventos, o poder público local passou a usar expressões como “precisamos vender a cidade”, no sentido de melhorar a competitividade territorial e angariar “benefícios” externos para o município, aproximando a gestão pública na lógica da gestão empresarial. Em virtude dessa lógica, a prefeitura carioca lançou o “Plano Estratégico Pós-2016”.

Em tempos de Olimpíadas e da nova configuração do Rio como uma Cidade global, a ideia da remoção de favelas é retomada com muita força. Em abril de 2011, o Prefeito Eduardo Paes promulgou o decreto nº 33.648 que retomou determinados parâmetros para as remoções e conflagrou o congelamento urbanístico.

Se é correto afirmar que houve grandes investimentos em mobilidade urbana, também é necessário refletir que tipo de investimento foi esse (em maior parte do interesse privado), qual modal foi priorizado (rodoviário) e para qual lógica de cidade (anti-metropolitana). A Transoeste, Transolímpica e Transcarioca, apesar de serem iniciativas importantes para diminuir o tempo de locomoção “casa-trabalho” de moradores que vivem distantes dos seus empregos, ainda assim prioriza-se o modal rodoviário para as classes mais pobres em detrimento de setores mais privilegiados da Cidade como a Barra da Tijuca que está recebendo a linha 4 do metrô.

Como características principais do planejamento urbano carioca até então, podemos notar: a ausência de debates públicos em torno das propostas de intervenção urbana; o caráter conflituoso de suas políticas e a excessiva inspiração de propostas a partir de modelos externos a realidade local.

No entanto, uma nova cidade surge, inclusive, com os movimentos populares e as denúncias contra a segregação urbana, com a elaboração de alternativas para as políticas públicas e, ainda, com a construção coletiva de uma visão de cidade inclusiva e justa.

3.1.1 NOVA BRASIL

Todos(as) os(as) moradores e visitantes da Cidade do Rio de Janeiro, em algum momento de suas vidas, já passaram pela Avenida Brasil. Esta via, hoje de responsabilidade da Prefeitura do Rio, já foi a principal porta de entrada e saída do município do Rio.

A Avenida Brasil é o principal corredor viário da Cidade, não apenas por sua extensão (56 km.), mas por cortar nada menos do que 32 bairros, onde reside 1/3 da população carioca, além de ser um dos eixos de ligação aos municípios da Baixada Fluminense, na Região Metropolitana, bem como aos das regiões da Costa Verde, Centro-Sul Fluminense e Médio Paraíba e Serrana.

Apesar de sua importância, a degradação de sua ambiência urbana pode ser constatada pelo grande número de imóveis abandonados, pelo péssimo estado de conservação dos conjuntos habitacionais construídos nos anos

60 e 70, e pela proliferação de assentamentos irregulares ao longo de toda sua extensão. Isso demonstra de forma cabal a pouca atenção que lhe foi destinada pelo poder público nas últimas décadas.

A despeito do projeto do BRT Transbrasil, que faz parte do "legado urbano" inconcluso, as poucas iniciativas governamentais que, nos últimos anos, visaram sua revitalização, mostraram-se insuficientes.

Por conhecimento, cremos que a revitalização urbana da Av. Brasil e seu entorno passará necessariamente pela solução dos impasses fundiários, em função da existência ali de um grande número de imóveis públicos da União, oriundos de massas falidas e/ou com enormes dívidas junto às concessionárias de serviços públicos ou à própria Prefeitura do Rio. Somente a administração municipal é capaz de desapropriar, adquirir os imóveis por intermédio de dação em pagamento, ou negociar com demais entes federativos a cessão de terrenos.

Faltou vontade política aos governos anteriores que escolheram sempre beneficiar as áreas mais valorizadas da Cidade. Não há dúvida que o custo-benefício social da revitalização da Avenida Brasil é muito maior do que os investimentos na Barra da Tijuca e na zona portuária.

4.1.1. Direito à Moradia e Direito à Cidade

A Lei 10.257, de 10/07/2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade, fez 15 anos em 2016. A lei regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, sendo considerada uma das mais avançadas leis de política urbana do mundo.

A sua aprovação, somente 13 anos após promulgada a Constituição, que insculpiu na Carta Magna, por emenda popular, os conceitos de função social da propriedade e da cidade através dos artigos acima referidos, foi o desdobramento da luta dos movimentos populares e sindicais, com amplo apoio de organizações profissionais, pela reforma urbana.

Neste sentido, é imperioso resgatar a função social dos arranjos institucionais públicos de planejamento como agentes indutores do desenvolvimento urbano municipal e regional, resgatando o papel do estado como agente público formulador do planejamento territorial e do controle do crescimento das nossas cidades, aí inclusos o desenvolvimento urbano, econômico e social, com geração e distribuição de renda, o planejamento urbano e regional integrado, considerando a habitação de interesse social, a urbanização de favelas e loteamentos irregulares, a regularização fundiária, a mobilidade urbana, o saneamento e tratamento de resíduos sólidos, a preservação ambiental, a preservação de bacias hidrográficas e mananciais, o patrimônio histórico, arquitetônico, artístico, cultural e imaterial, dentre outras necessidades importantes da sociedade contemporânea.

Ao longo dos anos, a maioria absoluta das cidades brasileiras tiveram um processo de crescimento desordenado, gerando consequências desastrosas para os seus cidadãos(es). O fenômeno da conurbação coloca em cheque o planejamento urbano no nível do território do município sem considerar este fator, sendo urgente a utilização de mecanismos de planejamento integrado do território urbano que vá além do limite municipal e que permita a coordenação de políticas intergovernamentais, em especial àquelas relacionadas à moradia digna, saneamento ambiental e mobilidade urbana.

Atualmente, a Cidade do Rio de Janeiro possui um déficit habitacional quantitativo da ordem de 150 mil unidades. O déficit qualitativo, ou seja, unidades que precisam ser qualificadas e não integralmente construídas, é da ordem de 400 mil unidades. O Rio carrega a marca da desigualdade social expressa nas mais de 760 favelas, nas quais, vivem mais de 2 milhões de pessoas em condições precárias ou subumanas e pela expressiva quantidade de remoções forçadas para áreas periféricas da cidade realizadas nos últimos anos, em nome da copa do mundo e das olimpíadas, aprofundando a política de exclusão social, principalmente nas áreas mais valorizadas da cidade, ainda que existisse (e existe) uma grande quantidade de imóveis vazios ou subutilizados em áreas urbanas consolidadas.

Lamentavelmente, ao contrário das expectativas do avanço dos marcos legais, em especial o Estatuto da Cidade, os instrumentos que foram largamente utilizados foram exatamente aqueles que privilegiaram o capital imobiliário, em detrimento do direito à moradia e à cidade.

Neste sentido, implantação de uma política habitacional no Rio de Janeiro deve ser um instrumento para realizar a instalação do conselho da cidade, como instrumento de cooperação e de participação e controle social, sendo um incentivo à aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

A simples alocação de recursos para realizar obras de vulto na Cidade do Rio de Janeiro já não superam nem mascaram a segregação sócio espacial urbana e suas contradições. Além da aplicação obrigatória dos instrumentos legais existentes, outras ações são importantes para a superação destas desigualdades, tais como: Estatuto da Cidade, Lei de Saneamento Básico, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei das Águas, Estatuto da Metrópole, dentre outros, somam-se outras ações importantes para a superação destas desigualdades, destacando-se a necessidade de integração das diversas políticas setoriais e aplicação coordenada dos instrumentos legais existentes.

Os empreendimentos habitacionais para população de baixa renda no município do Rio de Janeiro, vinculados ao programa Minha Casa Minha Vida, não foram objeto de uma política habitacional inserida num processo de planejamento integrado, fatos que devem ser observados para qualificar o combate ao déficit habitacional.

Os marcos legais existentes trazem instrumentos importantes e capazes de contribuir para superar as contradições entre a legislação vigente e a realidade, e também para o enfrentamento dos desafios de implementação de uma política de habitação consistente, pela administração municipal, porém não foram alvo deste direcionamento nos últimos anos.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social visa uma ação articulada e otimizada de entes da federação e da sociedade civil, ainda que desenvolvidas de forma descentralizada e democrática. O Sistema se apoia, localmente, em três instrumentos básicos: Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Conselho Gestor do Fundo, com participação governamental e não governamental e, Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS. Além, da realização da Conferência da Cidade e da criação do Conselho da Cidade.

Apesar de criados pelo governo municipal, o Fundo e seu respectivo Conselho tiveram um funcionamento descontínuo, formal e sem peso político ou investimento financeiro da prefeitura, cabendo aos conselheiros apenas aprovar as contas dos recursos já investidos, sem nenhuma discussão prévia de prioridades. O Plano não foi efetivamente implementado. A Conferência da Cidade, apesar de ter sido realizada e eleito o Conselho da Cidade, não teve suas propostas ouvidas pela prefeitura e os conselheiros nunca foram empossados pelo Prefeito.

A política de habitação do Município deve ser construída a partir da participação popular, ter como princípio orientador a Função Social da Propriedade e o Direito à Moradia, com o processo de planejamento e gestão se dando de forma descentralizada no território, diagnosticando e planejando participativamente a intervenção em cada região/ sub-região da cidade.

PROPOSTAS:

- Realizar a Conferência da Cidade, com um amplo processo de debate e participação, elegendo e valorizando o Conselho da Cidade, previsto no Estatuto da Cidade, com caráter deliberativo;
- Busca da promoção da função social da propriedade e o direito à cidade;
- Combate à especulação imobiliária;
- Ampliação do estoque de terras públicas para produção habitacional e instalação de equipamentos públicos, com prioridade para os de interesse social;
- Destinação de edificações localizadas em áreas urbanizadas que não estejam cumprindo a função social da propriedade, para requalificação e uso habitacional, com prioridade para habitações de interesse social;
- Promoção da urbanização de favelas e assentamentos precários, com a consequente regularização fundiária;

- Reavaliar o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, com a participação popular;
- Reavaliar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, com participação popular;
- Reavaliar o Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS) para a Zona Portuária, estimulando a participação dos moradores da região;
- Aplicar os instrumentos do Estatuto da Cidade para garantir moradias novas em áreas urbanizadas e consolidadas, com prioridade para a áreas que sejam dotadas de transporte, equipamentos públicos, serviços, lazer e oferta de empregos;
- Aplicar os instrumentos do Estatuto da Cidade, entre outros, para garantir moradias em edificações requalificadas em áreas urbanizadas e consolidadas, com prioridade para a área central da cidade;
- Garantir que a política habitacional tenha como princípio balizador o conceito de urbanização integrada e articulada com transporte público, serviços, lazer, cultura, educação, emprego, processos de geração de renda e incentivo à economia solidária;
- Vedar que os novos empreendimentos habitacionais sejam organizados na forma de condomínios fechados, que oneram os beneficiários do programa com custos adicionais de iluminação pública interna, limpeza das ruas, manutenção de espaços públicos de uso comum, entre outros, sendo este um dos fatores de agravamento da inadimplência com os condomínios e, conseqüentemente da falta de manutenção da depreciação física precoce das edificações;
- Garantir e incentivar, através de apoio financeiro, técnico e fundiário, os processos autogestionários de produção de habitação, como os do PMCMV – Entidades, estabelecendo parceria com os movimentos de luta pela reforma urbana e de moradia, associações e cooperativas populares;
- Priorizar, na política habitacional, de urbanização de favelas e regularização fundiária, a concessão de titularidade para mulheres;
- Fortalecimento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social com destinação financeira feita através da aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade tais como: Outorga Onerosa do Direito de Construir; IPTU Progressivo e Operações Urbanas Consorciadas Recursos;
- Disponibilização de terra urbana para sua utilização em projetos de produção de habitação de interesse social e urbanização de assentamentos precários, o que se daria através da aplicação de instrumentos como o do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios; Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; Dação em Pagamento; Direito de Preempção; Usucapião Especial de Imóvel Urbano; Auto de Demarcação e Legitimação da Posse; delimitação de Áreas de Especial Interesse Social - AEIS; Cessão de Uso de Imóveis Municipais.
- Regulação e direcionamento territorial da produção por agentes de mercado, especialmente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida;
- Programa de Melhorias Habitacionais, com a disponibilização de financiamento e/ ou apoio técnico, à luz da Lei Federal 11.888/ 08 que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para HIS.

4.2. MEIO AMBIENTE

Todo o conjunto de atividades, produção e intervenção física da sociedade tem impacto ambiental, seja na sua forma de insumo à vida humana, seja como fonte de matérias primas; ou como espaço e meio onde estamos, coletiva ou individualmente, inseridos.

A agenda ambiental tem um intrínseco relacionamento com políticas públicas como: saúde, educação, mobilidade urbana, desenvolvimento econômico, dado o seu caráter abrangente; além, certamente, de sua área comum ao saneamento básico.

Articuladamente ao planejamento para as políticas públicas em geral no município, a política pública ambiental para o meio ambiente deve andar em conjunto com as transformações da cidade.

O licenciamento ambiental está, após tantas mobilizações nos últimos 20 anos, tão consolidado – não obstante os controles efetivos que devem ser exercidos - que hoje podem, em muitos casos, substituir, nas querelas administrativas e judiciais, às legislações tradicionais.

Há, inegavelmente, um acumulado conhecimento científico, profissional e técnico na área ambiental, principalmente no serviço público, que impediria um negligenciamento desta crucial agenda. Indica, sim, que

os impactos e interferências no Meio Ambiente, resultantes das atividades humanas – sociais, econômicas, institucionais -, podem ser controlados. Prevalecendo, assim, os modos e instrumentos de que dispõem os governos e demais agentes sociais para a preservação do Meio Ambiente, e para a implantação de políticas públicas que preservem e/ou recuperem as condições físico-ambientais das cidades.

Quanto à política pública ambiental executada pelo poder público municipal nesses últimos oito anos no município do Rio de Janeiro, pode-se considerar como pouco ousada. Mais: além de uma expansão urbana sem planejamento territorial, mas com evidentes interesses fundiários de incorporadores privados, há ambientalmente algo altamente questionável. Se forma, tanto entre especialistas quanto na sociedade carioca, a clara percepção de que um passivo ambiental terá que ser enfrentado no futuro como corolário de muitos dos projetos imobiliários realizados, notadamente nos últimos anos, sem o devido debate.

Para além de revisão dos licenciamentos ambientais concedidos, consideramos ser fundamental como política pública para o meio ambiente no município do Rio de Janeiro:

- Utilização das principais Unidades de Conservação (parques, reservas, áreas de preservação, etc.) como território com potencial para ser utilizado pelas escolas, pelo turismo e através do incentivo para que sejam frequentados pelos cariocas e visitantes.
- Criação de um programa de preservação da qualidade das areias e das águas das praias tornando-as sempre balneáveis.
- Estabelecer a transparência e o rigor como questões fundamentais no processo de licenciamento ambiental.
- Ampliação das ciclovias
- Preservação também das áreas verdes que não estão no interior de Unidades de Conservação.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- Garantir programas de educação ambiental nas escolas.
- Tornar prioridade a participação do governo Municipal nos planos de despoluição da Baía de Guanabara, e das lagoas costeiras.
- Estabelecer discussão transparente e clara sobre a passagem de recursos financeiros para a conta do “Fundo de Conservação Ambiental” proveniente dos royalties do petróleo.

4.3. SANEAMENTO

A política pública para o saneamento no município do Rio de Janeiro, está intrinsecamente vinculada à atuação Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, que é a responsável por esses serviços por delegação municipal, com vistas a contribuir na elaboração de um plano de ação para a Prefeitura do Rio de Janeiro.

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE conta atualmente com um contingente de, aproximadamente, 6.000 empregados, uma receita operacional da ordem de 4 bilhões de reais/ano, e um volume de água tratada produzida da ordem de 60 m³/o município do Rio de Janeiro é responsável por cerca de 70% da atual arrecadação da CEDAE.

PROPOSTAS:

- Ampliação dos sistemas de abastecimento de água com vistas à universalização, implantação de sistemas de esgotamento sanitário - bastante incipiente -, controle e desenvolvimento operacional, macro e micro medição, setorização do abastecimento e recuperação de unidades operacionais.
- Criar uma agenda Metropolitana, visto que que o município do Rio de Janeiro é abastecido pela estação de tratamento de água do Guandu que se localiza no município de Nova Iguaçu. E que a titularidade dos serviços de saneamento – água, e coleta e tratamento de esgotos - deverão ser compartilhadas entre o Estado e os municípios integrantes da respectiva Região Metropolitana.

No ano de 2007, no ocaso da administração César Maia, a Cedae assinou com a Prefeitura um termo de compromisso com validade de 50 anos no qual ela Cedae permaneceria como prestadora dos serviços de

saneamento no município do Rio de Janeiro e em troca devolveria à Prefeitura os serviços de esgotamento sanitário nas favelas e na região da AP-5.

Em 2010, a empresa FOZÁGUAS assume os serviços de esgotamento sanitário na área da AP-5, a partir da titularidade que a CEDAE passa para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Apesar de ter assumido a reponsabilidade de executar o esgotamento sanitário na área da AP-5 em 2010, somente em 2015 a empresa 'FOZÁGUAS' iniciou a implantação de redes coletoras nos bairros de Bangu, Realengo e Padre Miguel de forma tímida e lenta. Há que se registrar que se passaram 5 anos cobrando da população por serviços não prestados – com a omissão da Prefeitura do Rio na condição de poder concedente – antes que iniciassem efetivamente as obras com metas nunca atingidas de esgotamento sanitário em três bairros da AP-5.

PROPOSTAS:

- Reivindicar a presença da Prefeitura do Rio com a criação de Diretoria da Capital na CEDAE e participação no seu Conselho Deliberativo;
- Celebrar um contrato programa com a CEDAE, reforçando os canais de reciprocidade e estabelecendo metas a serem cumpridas visando a universalização dos serviços de saneamento no âmbito do município do Rio de Janeiro; Rever a política de contratação de serviços pela FOZAGUAS
- Promover o desenvolvimento, em curtíssimo prazo, de um programa integrado de saneamento nas 'comunidades' e loteamentos irregulares e/ou clandestinos em conjunto com os demais órgãos do município;
- Estancar o processo de concessão privada, já iniciado para operação dos serviços de esgoto da área comercial da AP-5;
- Revisão das competências da atual Agência Reguladora do Estado para inclusão do Setor Público Municipal.
- Promover a elaboração do Plano Diretor Municipal de Água e de Esgotamento Sanitário do município do Rio de Janeiro.

4.4. RESÍDUOS SÓLIDOS

No Brasil, a política ambiental nasceu e se desenvolveu como resultado da ação de movimentos sociais locais e pressões internacionais. Esse caráter descentralizado da ação política ambiental nacional permitiu o florescimento de experiências adaptadas às realidades dos diferentes estados brasileiros. O Rio de Janeiro, dentre eles, foi pioneiro na criação de um órgão dedicado ao meio ambiente – a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA).

No caso do Rio de Janeiro, foco especial foi dado à proteção dos corpos hídricos, como o Rio Paraíba do Sul e a Baía de Guanabara. Mas como em sistemas utilizados em outras partes do mundo naquela época, era quase inteiramente baseada em instrumentos do tipo comando e controle, ou seja, leis e regulamentos, como padrões de emissão, zoneamentos e licenças ambientais, sem incentivos econômicos diretos ou outros mecanismos mais flexíveis de gestão.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, PNRS, foi implementada pela Lei nº 12.305, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404, de 2010, e atualizada em 2012, alterando a Lei no 9.605. Em resumo, a PNRS contém instrumentos importantes para o avanço no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado destes resíduos, impondo obrigações aos empresários, governos e cidadãos(es). Cria metas para a eliminação de lixões e impõe a elaboração de Planos Estaduais e Planos Municipais de Resíduos Sólidos, inovando através da inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na logística reversa como na coleta seletiva.

Dentre os destinos dos resíduos sólidos da cidade do Rio de Janeiro, estão incluídos: 1) o Centro de Tratamento de Resíduos CTR-Rio – em atividade e situado no município de Seropédica, foi inaugurado em 2011, com uma área de 220 hectares, reunindo tecnologia de ponta para garantir o destino adequado dos resíduos, sem riscos para o meio ambiente, e recebendo, hoje, todos(as) os resíduos gerados em sua cidade

sede, em Itaguaí e no Rio de Janeiro, permitindo o encerramento dos aterros de Gramacho e Bangu; 2) o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho – considerado o maior aterro da América Latina, teve sua atividade encerrada definitivamente em 2012, mas mantendo o sistema de tratamento de chorume (com sua transformação em um pólo de extração de biogás para fins energéticos), além do monitoramento ambiental e geotécnico por, pelo menos, mais 10 anos;3)o Aterro de Bangu – localizado em Gericinó, encerrou o recebimento de resíduos domiciliares em 2014, para fechamento de locais inadequados de disposição final de resíduos, atendendo ao prazo determinado a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em relação à coleta seletiva solidária municipal, o Decreto Municipal nº 30.624, de 2009, instituiu a separação dos materiais recicláveis descartados pela administração pública municipal na fonte geradora e a sua destinação às organizações de catadores de materiais recicláveis. A fim de atender o mesmo, a SMAC disponibiliza estações de segregação de recicláveis em suas dependências, além de apoiar as demais secretarias da administração municipal no cumprimento do referido Decreto.

PROPOSTAS:

- Financiamento Verde, com base no ICMS Verde, financiamento a fundo perdido, proporcional ao impacto, de projetos voltados para a reutilização e reciclagem de resíduos sólidos urbanos.
- Programa de Manejo Diferenciado dos Resíduos Domiciliares
- Programa Governo Sustentável, com foco em novos comportamentos em relação aos resíduos sólidos, na totalidade dos órgãos municipais, envolvendo às organizações de catadores de materiais recicláveis.
- Investimento em pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias para avanço, sem riscos para o meio ambiente, no tratamento de resíduos sólidos perigosos.
- Substituição gradual da frota de caminhões a diesel, utilizados para transporte de resíduos sólidos urbanos, para alternativas de menor impacto ambiental.
- Ampliação do Número de Estações de Transferência de Resíduos
- Implantação de Novas Centrais de Triagem
- Avançar para o uso do lixo para geração de energia e criação de política de uso econômico desses resíduos

5. DIMENSÃO METROPOLITANA

5.1. A PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.

Conceitualmente, uma ‘região metropolitana’ é formada, a partir de um efeito de conurbação, por um conjunto de municípios – tendo como polo o município - que se integram, resultando em fluxos e numa dinâmica que, não raramente, gera uma mesoregião; estruturas com um desenvolvimento social e economicamente desigual, comprometendo, mesmo, o conjunto da ‘região metropolitana’, e não somente um município isoladamente.

A ‘Região Metropolitana do Rio de Janeiro’ tem 6.700 K2 e pouco mais de 12 milhões de habitantes (74% da população do Estado do Rio de Janeiro), com pequena variação demográfica entre os Censos do IBGE de 2000 e 2010. Em sua formação, isto é, na ocupação de seu território, destaca-se a Baía da Guanabara como fator estruturante, condicionante, condicionado e impactado. Ela concentra 70% do PIB do Estado do Rio de Janeiro.

Mas, o maior dos desafios em relação à realidade da ‘R.M.R.J.’ refere-se a quais procedimentos que evitem o agravamento do quadro que gera limites e riscos ao seu desenvolvimento integrado e sustentável nas esferas do: desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento institucional, e desenvolvimento

ambiental. É claro que estas esferas de desenvolvimento estão entrelaçadas, são correlatas e se manifestam no território comum, como bem demonstram matrizes já formuladas.

A precariedade nas condições de vida e trabalho, sobretudo na periferia da 'R.M.R.J.', implica em distintos fluxos, como a procura por atendimento médico na rede pública da capital; que é estimado em 40% de atendimentos de não-residentes no município do Rio. Obviamente, esse fluxo, em si, está previsto no SUS. Mas, evidentemente, carece de planejamento, integração e regulação para obtenção de melhores resultados.

Há um fluxo metropolitano que é revelador da complexidade e dos desafios da 'R.M.R.J.' e que se refere à 'mobilidade urbana' a ser atendida pelo sistema de transporte público. São conhecidas suas estruturais deficiências, e seu corolário social, econômico e ambiental.

A este conjunto de estruturas físicas, materiais, sociais e culturais que formam a 'R.M.R.J.', destacamos que, a despeito de suas potencialidades, a negligência de governos e a ausência de maior envolvimento do setor privado da economia, gerou paulatinamente - inversamente ao crescimento da 'região metropolitana' - um processo de "desinvestimento" em sua infraestrutura.

A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, não obstante a história comum e a crescente conurbação com os demais municípios que integram a 'RMRJ', não tem tido uma visão estratégica ou de gestão sobre essa formação física, social, econômica, ambiental e institucional.

Há décadas que essa relação entre a Cidade do Rio de Janeiro e os municípios limítrofes se constitui numa dinâmica que tem aprofundado estruturas marcadas por iniquidades e desequilíbrios onde todos(as) perdem; seja a Cidade do Rio, sejam os municípios que formam esse conjunto. O aprofundamento dessas estruturas distorcidas tende a agravar a qualidade de vida da população do conjunto dos municípios que integram a 'RMRJ'.

Como já visto, existem 5 (cinco) fluxos estruturais e que se expressam no cotidiano dessa relação centro-periferia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: fluxos econômicos, de trabalho e renda; fluxos de mobilidade urbana; fluxos da saúde; fluxos da violência e; fluxos ambientais.

Estes fluxos tem a propriedade positivas como a de agregar valor às respectivas economias dos municípios da 'RMRJ', assim como propriedades negativas que pressionam as infraestruturas existentes, serviços, o meio ambiente, e a saúde da população.

Relativamente aos fluxos econômicos, de trabalho e renda identificamos a existência de complementaridades na esfera da produção, na participação intensa da mão de obra da periferia nas atividades econômicas da Cidade do Rio.

Quanto aos fluxos da mobilidade urbana na metrópole, estes são a extensão das disfunções da mobilidade urbana que ocorrem dentro do próprio território do município do Rio. Trata-se de um fluxo crítico com graves repercussões sociais, econômicas e ambientais.

Em relação aos fluxos da saúde, há uma maior complexidade, pois se têm: condições precárias de saneamento que comprometem o conjunto das populações da 'região metropolitana', os deslocamentos diários da população trabalhadora com graves efeitos sobre sua saúde e, por outro lado, o atendimento de parte da população da periferia na rede pública instalada no município do Rio.

Os fluxos de violência referem-se a dinâmica inerente a esse processo, e que exigem que os 21 municípios se coordenem, em todas as esferas, para atuar na prevenção e em articulação com o governo estadual e federal.

Os fluxos ambientais são de pressão recíproca entre a Capital e os municípios da ‘RMRJ’, uma vez que para fora da capital são destinados os resíduos sólidos produzidos na Cidade do Rio; através dos rios que formam a Bacia da Baía da Guanabara é que chegam os efluentes – industriais e residenciais da Capital e do entorno - que, em grande parte, a poluem.

PROPOSTAS:

- Criação de um órgão ligado à Secretaria Municipal de Planejamento para o desenvolvimento de programas, projetos e ações que visem a integração do município do Rio com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro;
- Estabelecimento de canais de relacionamento institucional da Prefeitura Municipal do Rio com os governos dos 21 municípios que formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro;
- Construção de um “banco de dados”, concebido como um “sistema de informações”, que abranja o território da ‘RMRJ, e que não fique restrito apenas ao território do município do Rio, como o hoje existente no Instituto Municipal Pereira Passos;
- Compartilhar informações sociais, econômicas, ambientais e institucionais com os municípios da ‘RMRJ’;
- Apoiar e auxiliar os municípios da ‘RMRJ’ nos programas captação de recursos para investimento público;
- A identificação e fortalecimento das ‘cadeias produtivas’ existentes, assim como a coordenação articulada na atração de investimentos privados da ‘RMRJ’.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2016.

Jandira Feghali